



ACTA N.º 4/2006

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de 2006, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal;**
- 2. Ratificação da Proposta para Assinatura do Protocolo no sentido de se constituir a Rede de Turismo Galaico-Portuguesa e respectiva Proposta de Financiamento. Informação nº. 333/DCTL/2006, de 06/08/10;**
- 3. Proposta para Alteração do Regulamento da Biblioteca Municipal de Chaves. Informação nº. 355/DCTL/06, de 06/09/04;**
- 4. Alteração da designação da Associação denominada “AQA – Associação para a Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental” para “Instituto Tecnológico de Trás-os-Montes”. Alterações de Pormenor aos respectivos estatutos. Proposta nº. 72/GAP/06;**
- 5. Reorganização da Estrutura dos Serviços Municipais, alteração ao Quadro de Pessoal e Criação do Quadro de Pessoal abrangido pelo Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho, por tempo indeterminado. Proposta nº. 73/GAP/06;**
- 6. Segunda Revisão aos Instrumentos de Gestão Financeira em vigor para o ano económico de 2006. Proposta nº. 06/DGFEP/SCO/06;**
- 7. Gestão do Património Municipal. – Alienação de um conjunto de prédios rústicos, situados em Quintela e Alto da Bandeira – Santa Cruz / Chaves, integrados no domínio privado municipal. – Definição das normas disciplinadoras. Proposta nº. 69/GAP/06;**
- 8. Gestão de Património Municipal. – Alienação do Edifício denominado “Cine-Teatro de Chaves”, situado na Travessa Cândido dos Réis/Rua de Santo António em Chaves. – Definição das normas disciplinares. Proposta nº. 70/GAP/06.**

A reunião teve início com a chamada dos Deputados Municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

José Pimentel Sarmento
António Manuel Santana Abelha
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Francisco António Carvalho Esteves
António Barreira Batista
José Joaquim Pires Fernandes
Antenor dos Anjos
Rogério Aires Sanches



A acta número três, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

Posta à votação foi aprovada por maioria com três abstenções, por ausência na última assembleia.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** propôs que fossem apreciados três documentos emanados da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o primeiro para subscrever e dois seguintes para aprovar pela Assembleia Municipal, subordinados aos seguintes temas: “*Subscrição da declaração do 4º. Fórum Mundial da Água*”, “*Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos*” e “*Proposta de Lei de Finanças Locais*”

A Assembleia aceitou a proposta feita pela Mesa.

- O Primeiro documento - “**Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos**” depois de lido foi aprovada por unanimidade.
- O Segundo documento - “**Declaração do 4º. Fórum Mundial da Água**” foi lido e posto à discussão, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que vai subscrever este documento porque está de acordo com o que transcreve, mas que lhe parece haver uma contradição entre o que ali está escrito e a prática havida nos últimos anos em que as Autarquias Locais vão alienando a responsabilidade política sob a gestão da água, inicialmente em alta, preparando-se o Governo actual do PS para alienar também a baixa, o que coloca as Câmaras Municipais fora da sua gestão pública. No seu entender, nesta matéria, a Associação Nacional de Municípios e o Governo, estão em sintonias diferentes, mas na prática estão de acordo.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – usou da palavra para esclarecer o Senhor deputado da CDU que quando aqui se fala em gestão da água tem a ver com a sua protecção na origem, porque na sua distribuição não se “estraga”. O que o Governo está a fazer e muito bem, é criar sistemas de recolha e tratamento que garantam qualidade e segurança no fornecimento da água. Esta convenção diz isso e, nesse aspecto, o Governo tem vindo a tomar medidas com o encerrando lixeiras, tratando os lixos, despoluindo os rios e regulando as descargas poluentes. Disse que a sua bancada vai subscrever este documento.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que nesta questão concreta, nenhuma das intervenções havidas focou devidamente o problema, porquanto a deterioração da água acontece na origem sim, mas essencialmente na sua distribuição, contribuindo para isso um conjunto de factores, nomeadamente condutas muito antigas. Este documento pretende alertar para a preocupação de garantir fontes de água com a melhor qualidade e que na sua distribuição, desde as fontes até aos depósitos e destes até aos consumidores haja uma garantia de maior qualidade, o que infelizmente ainda não acontece.

A alienação dessa responsabilidade por parte dos Municípios é uma tendência actual, mas é necessário tomar decisões. Nesta altura há sistemas que garantem a distribuição em baixa e cobram, outros que garantem essa distribuição em alta e passam a cobrança para as Autarquias e há outros como o do Concelho de Chaves em que é o Município ou as freguesias a garantir o fornecimento de água. Nesta fase intermédia enquanto não são tomadas decisões definitivas, tem de haver responsáveis e é nesse sentido que aparece este documento, para garantir e determinar essa responsabilidade.

Posto à votação foi a sua subscrição aprovado por unanimidade.

- Sobre o terceiro documento - “**Proposta de Lei de Finanças Locais**” o Senhor **PRESIDENTE DA MESA** propôs que este assunto passasse para a “Ordem do Dia”



Sobre esta matéria o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** prestou o seguinte esclarecimento:

“ O que aqui está em causa é a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo em conta a nova Proposta de Lei das Finanças Locais que está para ser votada no Parlamento no próximo dia 11 de Outubro, a qual tem vindo a ser discutido entre o Governo e ANMP e já teve várias versões até chegar a esta que está para ser discutida. É perante essa Proposta de Lei que o Conselho Geral ANMP em reunião realizada no passado dia 20 de Setembro entendeu enviar às Assembleias Municipais este documento, onde transcreve a sua posição, para que estes Órgãos a apoiem ou rejeitem.

O Senhor **DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** interveio no sentido de que este assunto fosse discutido de imediato ou então passasse para o primeiro ponto da “Ordem do Dia”

O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA não aceitou a alteração da Ordem e Trabalhos.

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** concedeu novamente a palavra ao Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que agradeceu. Em seguida informou que o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios aprovou por unanimidade este documento que está em discussão para votação. Aquele Órgão é composto por autarcas de vários quadrantes políticos e o Município de Chaves sempre esteve solidário com a Associação Nacional de Municípios em todas as suas posições, independentemente de quem estivesse quer no Governo, quer na Direcção da Associação.

É minha obrigação como cidadão e autarca contestar aquilo que hoje acontece no País e que, no meu entender não é correcto; faz-se passar a imagem de que o poder autárquico é um poder fraco e até mau. Isso, no meu entender, tem como objectivo a criação de espaço para um poder regional. Uma regionalização que, em minha opinião não devia acontecer pela menorização das autarquias, mas sim pela participação do reforço do seu papel nessa matéria.

Ao contrário do que se ouve na opinião pública, as autarquias, com apenas 9% do Orçamento de Estado, são responsáveis por 46% do investimento no País. O Estado, com os restantes 91% apenas é responsável por 54% desse investimento e os Portugueses não estão a entender esta situação porque a imprensa e quem de direito não explicam claramente esse facto. A dívida do País nesta altura é de 107 mil milhões de euros, a das autarquias, pelos números do Governo é de 8 mil milhões de euros, mas pelas contas da ANMP é de apenas 5 mil milhões de euros. Só a dívida do METRO é maior do que a das Autarquias e se lhe somarmos a da REFER vai aos 11 mil milhões de euros. É caso para perguntar quem é neste País o responsável pela dívida pública? Perante tudo isto é nosso dever e até obrigação contrariar na opinião pública a ideia de que as autarquias são más gestoras, porque efectivamente não o são.

É em função de tudo isto que Associação Nacional de Municípios tomou esta posição.

A ANMP e as autarquias não podem mais dinheiro ao Estado, pedem apenas que seja mantida a autonomia do Poder Local, porque esta Proposta de Lei contém artigos que são inconstitucionais.

Esclareço que ficou combinado na reunião do Conselho Geral da ANMP que os autarcas fariam esta intervenção nas respectivas Assembleias Municipais dos seus concelhos, com a finalidade de esclarecer as pessoas e é essa a razão porque estou aqui, sendo este Órgão soberano na posição que vier a tomar sobre esta matéria.



O SENHOR PRESIDENTE DA MESA propôs que este assunto fosse introduzido no “Período Antes da Ordem do Dia”. A Assembleia Municipal aprovou essa proposta por maioria, com dois votos contra e nove abstenções.

Antes de continuar com a discussão da Proposta de Lei das Finanças Locais o **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que deram entrada na Mesa três “Moções” duas subscritas pela bancada da CDU e uma pela bancada do PS. A Assembleia aceitou a discussão das Moções.

Iniciou-se o “Período Antes da Ordem do Dia”

O Senhor deputado **MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU fez a leitura das Moções que se transcrevem:

“ 1ª.Moção

Considerando que na primeira reunião efectuada no Porto em 12 de Maio entre a Comissão de defesa do Hospital de Chaves, nomeada por esta Assembleia Municipal e os representantes do Ministério da Saúde, o Senhor Secretário de Estado assegurou que não seriam tomadas decisões unilaterais em desacordo com os órgãos autárquicos da região.

Considerando que todos os órgãos autárquicos envolvidos se pronunciaram contra a integração do Hospital de Chaves no CHVR-PR e a favor da criação de uma unidade local de saúde do Alto Tâmega, envolvendo o HDC e os sete centros de saúde do Alto Tâmega.

Considerando que a integração anunciada não vai corresponder aos interesses das populações da região.

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em 27 de Setembro de 2006 delibera:

- 1. Não aceitar a anunciada decisão de integração do HDC no CHVR-PR.**
- 2. Exigir que a proposta de ULS (Unidade Local de Saúde) seja aceite e viabilizada pelo Ministério da Saúde, vindo ao encontro das necessidades de saúde das populações do Alto Tâmega.**
- 3. Manter activa a comissão de defesa do HDC nomeada por esta Assembleia Municipal.**
- 4. Que esta “Moção” seja enviada para: Governo, Ministério da Saúde, ARS Norte, Governo Civil de Vila Real, assim como a todas as entidades que se considere conveniente.**

Chaves, 27 de Setembro de 2006

Os Deputados da CDU”

“ 2ª.Moção

Considerando que se encontram pendentes na Assembleia da República iniciativas legislativas com vista à revisão da Lei das Finanças Locais.

Considerando que a Proposta de Lei elaborada e aprovada pelo Governo procura reformular o sistema de financiamento das autarquias, assim como aspectos essenciais da sua autonomia e mesmo das suas atribuições.

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 27 de Setembro de 2006 delibera:

- 1. Insistir na necessidade imperiosa de serem respeitados os princípios constitucionais vigentes, relativamente à autonomia do Poder Local e ao regime de distribuição dos recursos públicos a saber:**



- Respeito pela dignidade constitucional da Lei das Finanças Locais, enquanto forma privilegiada de fixar e regular a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias, promovendo a solidariedade e a coesão territorial;
- Defender que se inverta a roda que vem sendo seguida no sentido do sub-financiamento e do estrangulamento financeiro das autarquias, percorrendo-se antes o caminho inverso rumo à aproximação do nível de descentralização da gestão dos recursos públicos (8% do total em Portugal da média de 22% dos Países da OCDE).

Mais delibera manifestar a sua mais profunda indignação pelas variadas formas de tutela que o Governo inclui na sua proposta de lei; protestar contra o alargamento do mecanismo da consignação de receitas de certas tarifas e a sua generalização a parte substancial dos recursos públicos afectos às Autarquias – FSM, forma por excelência de exercer tutela administrativa e de gestão contra a autonomia do Poder Local; repudiar a redução pelo segundo ano consecutivo para os Municípios e agora também para as Freguesias, do volume global dos recursos postos à sua disposição, em montante pelo menos igual ao da inflação e lamentar que o Governo insista em apelidar de neutra uma medida deste tipo; condenar a introdução de critérios e princípios como do financiamento através de uma parcela do IRS cobrada no território, que, e para além de outros, inexoravelmente enriqueçam as mais ricas e empobrecem as mais pobres das autarquias locais, diminuindo fortemente os laços de solidariedade e os seus efeitos na coesão territorial, e tornando insustentáveis mais de um terço dos Municípios; rejeitar novas atribuições sem o necessário e adequado financiamento, nomeadamente a responsabilidade pelos Centros de Saúde, transporte de doentes, certas prestações sociais e outras, que, encapotadamente e à margem do instituto legal correspondente, a proposta de lei do Governo visa transferir, sem contrapartidas, para as Autarquias.

Delibera por fim condenar as tentativas de, com os mais variados pretextos, por autarquias contra autarquias e iludir e prejudicar a solução necessária da questão essencial da injusta repartição dos recursos públicos entre o Poder Central e o Poder Local, ou seja da extrema e injustificada centralização do Estado que a Proposta de Lei do Governo visa alargar e reforçar; apoiar e fazer suas as reivindicações sucessivas dos Congressos das Associações Nacionais de Municípios e Freguesias, no sentido de verem reforçados os meios postos à sua disposição; serem garantidos recursos mínimos que permitam o funcionamento destas Instituições e a satisfação dos fins para que foram criadas; apoiar os esforços da Associação Nacional de Municípios no sentido de encontrar formas de luta contra a Proposta de Lei de Finanças Locais apresentadas pelo Governo e apelar ao Presidente e à maioria do Conselho Directivo da ANAFRE para que se solidarizem com estes esforços e trabalhem para a concretização das justas aspirações das freguesias, expressas legitimamente nos seus congressos. E tudo o que delibera, fá-lo, não pelo ente público abstracto ou pelo Órgão em si, mas pela população que representa e cujos interesses por imperativo legal e constitucional, deve defender acima de tudo e que, a ganhar forma de lei a Proposta do Governo, se veria «esbulhada» do direito a determinar as opções dos que elege para gerirem o seu território, dos recursos necessários à manutenção das funções urbanas essenciais à vida colectiva.

Chaves, 27 de Setembro de 2006

Os Deputados da CDU”

A Assembleia aceitou a discussão de ambas as Moções antes transcritas.



Para discussão da primeira “Moção” usou da palavra o Senhor Deputado **MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO** do PSD que disse: “quando há alguns anos Chaves se uniu para a construção do novo Hospital, havia outra liberdade e não haviam tantas inimizades, porque o mal das terras pequenas são as guerrilhas entre os partidos. Na última reunião deste Órgão, à qual não assisti por motivos de doença, perante o telegrama que enviei de solidariedade com a posição que fosse aqui tomada sobre a saúde no nosso Concelho, houve quem comentasse, que o fazia porque tenho uma filha que é ginecologista - obstetra. Tenho muito orgulho nisso, em especial porque foi sempre uma excelente aluna e hoje é uma boa médica que trabalha numa maternidade, numa clínica privada e em breve vai abrir uma clínica na Maia. Por tudo isto tenho muito orgulho de ser flaviense e um flaviense a sério.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** sobre este assunto achou oportuno informar a Assembleia de tudo o que foi tratado na reunião havida no dia anterior, na Câmara, com a presença dos Senhores Vereadores, da Comissão de Defesa do Hospital e com a ARSN que representa o Governo nesta matéria.

Em Junho de 2006 esta Assembleia Municipal votou, com apenas uma abstenção, uma Proposta de criação de uma Unidade Local de Saúde, que redigi e que foi remetida ao Ministério. Na reunião de ontem foi dito, claramente, pelos representantes da ARSN que essa mesma Proposta não seria aceite, explicando as razões técnicas dessa recusa. Perante esta situação resta aguardar a decisão do Governo porque é o Governo que decide e não as autarquias.

O que hoje está aqui em causa é a CDU e o Partido Socialista dizerem claramente, uma vez que não foi aceite a proposta da ULS, se querem a integração no Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro, ou manter o Hospital de Chaves tal como está. Esta é, na verdade, a única escolha a fazer.

Cumprirei fielmente a decisão que esta Assembleia tomar, mas não podemos esconder-nos atrás das palavras, deixando que outros tomem decisões para depois criticar. E eu quero saber, em nome da ética e da dignidade política, nas circunstâncias actuais, com o Governo a não aceitar a criação ULS, qual é efectivamente a posição das forças políticas aqui representadas - PS, CDU e PSD e CDS. Compete a esta Assembleia tomar uma posição clara e dizer se aceita a proposta do Governo ou se deixa tudo conforme está. A decisão final será tomada até ao fim do ano.

Dentro das responsabilidades do Município de Chaves e dos Municípios do Alto Tâmega, a Câmara Municipal aguarda que esta Assembleia diga claramente qual é o caminho que quer seguir.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que não se pode exigir às forças políticas aquilo que se entende. “Foi dito e está exarado em acta que de forma alguma as Autarquias aceitavam a integração do HC no Centro Hospitalar. A Comissão de Defesa do Hospital, num trabalho conjunto, em que todos estiveram envolvidos, apresentou uma proposta que ia ao encontro do Programa do Governo do Partido Socialista, que defendia a criação de Unidades Locais de Saúde, chegando a criar uma em Beja. Entretanto, sem dar nenhuma explicação séria, o Governo deixou-nos apenas dois cenários. O de ficar tudo como está – é um suicídio para o HC porque lhe corta completamente as pernas, ou a integração no CHVR-PR.

O Senhor Presidente da Câmara neste momento encontra-se numa posição incómoda porque o Governo não correspondeu à promessa que tinha feito de não tomar qualquer decisão contra as Autarquias. O Partido Socialista está numa posição difícil, porque pode não estar de acordo, mas é o seu Governo que está a decidir. A posição da CDU é transparente – não reconhecemos na explicação técnica da



ARSN e do Governo nenhum argumento plausível para a não criação da ULS. Por essa razão esta “Moção” é apresentada com toda a seriedade e reflecte, linha por linha, o que lá está escrito. Se esperam que a CDU venha aqui dizer que aceita o mal menor - se não podemos passar a EP, que seja a integração – não o fará. A CDU também não aceita a decisão do Governo. Continuamos a achar que útil para as populações e até para as contas do Serviço Nacional de Saúde é a Unidade Local de Saúde e não abdicamos desta posição. Quem tem de descalçar a bota é o Executivo e o Grupo Municipal do Partido Socialista.

A nossa Proposta está em cima da Mesa para votação e se tiver só os dois votos da CDU fica em acta que a nossa posição foi sempre a mesma e é devidamente reflectiva, porque acreditamos seriamente que é a ULS que deve resolver os problemas de saúde da Região”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Manuel Cunha que o Executivo não está em maus lençóis, nem nunca esteve. Sempre teve uma atitude frontal e transparente no processo.

O que foi aprovado nesta Assembleia é que rejeitávamos a integração do HC no Centro Hospitalar de Vila Real /Peso da Régua. Na evolução do processo a Proposta do Governo é de criação do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde as quatro unidades serão integradas.

O Senhor deputado já respondeu ao pedido que fiz à CDU quando disse que perante a situação actual o mal menor será a integração. Mas o que está aqui em causa não é a opção pelo mal menor, mas sim que os cidadãos tenham um melhor serviço de saúde.

Continuo a defender que a melhor solução para os problemas de saúde desta Região seria a Unidade Local de Saúde, mas também tenho a responsabilidade de tomar decisões, não só pelo Município de Chaves, mas em nome de todos os Municípios do Alto Tâmega. A realidade é que há uma Proposta que foi feita, na qual acredito, mas que não foi nem será aceite pelo Governo, conforme ficou ontem bem claro na reunião. Perante esta nova situação é necessário decidir e esta Assembleia tem de dizer claramente o que quer – se discutir a integração num Centro Hospitalar a criar em Trás-os-Montes e Alto Douro ou deixar tudo conforme está.

DEPUTADO JÚLIO AUGUSTO MORAIS DE MONTALVÃO MACHADO do PS – disse não se ter pronunciado sobre este assunto, atendendo à forma como desde o início tem sido tratado e, conhecendo outros problemas que lhe estavam agregados, limitou-se a ficar com a sua própria opinião dentro de um pequeno grupo de amigos. Que acima de tudo a inquinar a resolução deste problema, está a história de uma rivalidade.

“Eu não admito que alguém ponha em dúvida aquilo que eu quero para esta terra, mas o que quero também é que os assuntos sejam tratados com clareza e até com certo princípio e a dignidade que merecem. Desde o princípio acredito que a maneira de encarar o problema da saúde neste Distrito é termos um grande Centro Hospitalar para o qual convergem os outros hospitais subsidiários. E, queiramos, ou não, geograficamente Vila Real está melhor posicionada.

Existem razões económicas que teremos de considerar, mas é sobretudo porque poderá apetrechar-se um bom Hospital Central, com equipamentos adequados, mais especialidades e respectivos meios humanos, que vá corresponder aos anseios da população e da classe médica, com condições de exercer uma acção muito melhor do que termos quatro Hospitais distribuídos pelo Distrito.

Desde o princípio que houve inabilidade e falta de competência na forma como foi tratado este assunto, quer por parte do Governo quer por nós próprios. Ninguém vai



constituir uma Unidade de Saúde, um Hospital Central e Hospitais subsidiários nos próximos anos. Precisamos, a partir deste momento, de dar origem a respeitar uma ideia básica que poderemos um dia levar avante, com a nossa própria dignidade e que não depende da existência de um Hospital Central em Vila Real e de um Distrital em Chaves. O que é trágico, é sabermos que o Hospital de Vila Real, neste momento, não está em condições de corresponder às nossas aspirações e é contra isso que eu estou. A questão devia ter sido tratada com mais seriedade. É uma ideia que é preciso desenvolver para abrir caminho, mas nas condições actuais temos de reconhecer que a paridade e a razão de ser dos dois hospitais, neste momento, é praticamente igual e será a altura de se desenvolver uma parceria de forma a podermos, mais tarde, construir verdadeiramente um Hospital Central.

Acredito que este é um assunto que deve ser tecnicamente tratado, com muita seriedade, não da forma como o foi até agora. Há realmente grupos, cuja rivalidade é impossível apagar. Temos de atender e esperar que a Câmara Municipal de Chaves, na qual eu acredito e nós próprios Assembleia Municipal é altura de assumirmos as nossas responsabilidades e de demonstrar que somos, politicamente, o primeiro Órgão deste Concelho”.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já existe alguma decisão sobre esta matéria e ao Grupo Municipal do Partido Socialista se a posição do Senhor deputado Júlio Augusto Morais de Montalvão Machado é individual ou se é a posição do PS.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que não está tomada qualquer decisão, apenas se sabe que até ao final do ano ela será tomada. A única decisão definitiva é que não é aceite a nossa Proposta para criação da Unidade Local de Saúde e por isso é que esta Assembleia tem de se pronunciar e dizer o que realmente quer para o nosso Concelho. Será essa posição que legitimamente terei de transmitir.

DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – disse que os argumentos apresentados pela ARS na reunião havida no dia anterior na autarquia não o convenceram. Tratam-se de argumentos meramente economicistas e desfasados para a nossa Região. São políticas nacionais que a curto/médio prazo conduzirão Trás-os-Montes a um autentico deserto - é na educação é na saúde e o que mais por aí virá.

No meu entender a decisão está tomada desde o início. O Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro é para avançar, quer Chaves queira, quer não.

Ontem na reunião “assistimos” a um Presidente da Câmara resignado, que terá de minimizar os estragos; tentará negociar a manutenção da urgência médico-cirúrgica e temos um paradoxo que é a inveja. Há poucos dias foi criada uma Unidade de Saúde Local em Beja. Porque foi possível em Beja e não o é em Chaves?

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Rui Jorge Oliveira que não assistiu à reunião havida no dia anterior com a ARSN resignado. Que gosta de ser prático e pragmático e como lhe compete tomar decisões sobre as questões que surgem. Essas mesmas decisões têm de ser tomadas na altura certa e eu tomo-as. Continuo a acreditar no princípio de que é melhor uma decisão mesmo que errada do que uma não decisão. Neste caso concreto não é um Presidente da Câmara resignado é um Presidente da Câmara que ouviu uma resposta que não corresponde aos seus anseios. Dignamente devemos tentar entender as razões do



adversário, defender a nossa causa e procurar seguir em frente, porque as populações não se compadecem nem com indecisões nem com discursos dos políticos.

Sobre a questão da Unidade Local de Saúde de Beja, foi dito na reunião de ontem que a realidade geográfica do Norte é diferente da do Alentejo e que é possível que a Região de Saúde do Sul entenda que, com base no Hospital de Beja e no território que Beja tem, possa responder melhor aos problemas de saúde específicos daquela região do País. Não discuto as questões técnicas porque não estou habilitado para as discutir, mas tenho que, perante elas, ouvir e tomar posições políticas. O que fará justiça às minhas posições são os efeitos e os resultados que se obtiverem em benefício das populações.

Posta à votação esta Proposta foi rejeitada com 68 abstenções, 5 votos contra e 2 votos a favor.

O **SENHOR DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS fez a seguinte declaração de voto: "por respeito e por coerência com posições por mim assumidas publicamente e nesta Assembleia Municipal e porque posteriormente não recebi mais informação sobre o tema, daí a minha abstenção".

O **SENHOR DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD fez a seguinte declaração de voto: "O Grupo Municipal do PSD absteve-se na votação da "Moção" apresentada pela CDU, porque continua a defender a criação de uma EPE em Chaves ou da Unidade Local de Saúde.

Referente à integração do Hospital de Chaves no Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua S.A desconhece-se qualquer decisão".

Seguidamente foi posto à discussão o documento emanado da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais e a "Moção" da CDU subordinada ao mesmo tema, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e em seguida informou o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha que a Proposta do Governo da nova Lei das Finanças Locais se encontra no Portal do Governo para ser consultada.

Disse que a Proposta de Lei em discussão e recentemente tornada pública, procede à revisão da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais) na qual se propõem importantes alterações ao regime actualmente em vigor.

Esta Proposta de Lei consagra um novo sistema de financiamento das autarquias, baseado no reforço da autonomia local e nos princípios da descentralização, neutralidade financeira, coesão territorial, sustentabilidade local, racionalização territorial, solidariedade e transparência.

A nova legislação visa promover uma maior coesão nacional, abrindo caminho para a preferência associativa intermunicipal, salientando como principal medida a solidariedade entre municípios, em que os mais ricos, com uma capitação de 12,5% da média nacional de receitas fiscais, contribuem com 22% dessa diferença para os que têm receitas abaixo da média.

Com esta Proposta os municípios passam a participar directamente no IRS cobrado nos respectivos concelhos, através de uma parcela fixa de 2% e uma outra variável de 3%, cabendo às autarquias definir a percentagem a cobrar. Diminui o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) no montante global das receitas municipais e reforça o Fundo de Coesão Municipal (FCM). O modelo actual de participação dos municípios nos impostos do Estado, que actualmente assenta apenas no FEF, correspondente a 30,5% da média aritmética da receita do IRS, IRC e IVA é alterado, passando e estruturar-se do seguinte modo: FEF, correspondente a 25,3% da média aritmética da receita de IRS, IRC e IVA; Fundo Social Municipal (FSM), correspondente a 2% da



média aritmética da receita do IRS, IRC e IVA, sendo actualmente reforçado na proporção das novas competências nas áreas da educação, saúde e acção social, transferidas para os municípios; e participação no IRS, correspondente a 5% da receita cobrada no município (2% de parcela fixa, mais 3% de parcela variável, fixada anualmente pelo município).

No recurso ao crédito também são alteradas as regras. A nova Proposta estabelece dois limites ao endividamento municipal: um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos recursos próprios mais importantes (transferências do Orçamento do Estado, participação fixa no IRS e receitas de impostos municipais) e um outro limite referente à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos. Os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana e participações em investimentos com fundos comunitários ficam de fora dos limites permitidos pela Proposta.

Terminou dizendo que a lei em vigor é mais permissiva no que respeita ao limite do recurso ao crédito e que a nova Proposta, caso seja aprovada, irá disciplinar, razão porque o Grupo Municipal do Partido Socialista irá manifestar a sua oposição à “Moção” apresentada pela CDU, porque não a consideram nem séria, nem oportuna no plano político, face à grave situação em que se encontra o poder local.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – chamou à atenção para o facto do som não se encontrar a funcionar e pediu que essa anomalia fosse corrigida antes da próxima sessão da Assembleia Municipal.

Em relação às duas Propostas, e em especial a da Associação Nacional de Municípios Portugueses, por uma questão de coerência disse estar solidário com a que a ANMP defende. Que, desde 1989, tem participado neste e noutros Fóruns a defender as virtudes do Poder Local, o reforço do seu financiamento e a transferências de mais competências para as autarquias e não poderia vir agora condená-lo. “Tenho consciência que nem sempre o dinheiro do erário público, transferido para as autarquias locais, será utilizado da forma mais correcta. Todos sabemos que em determinados períodos há dinheiro que, através de empregos, serve para criar redes de sustentação a próximas eleições autárquicas, mas são meros pormenores que não têm que colocar em causa as grandes virtudes do Poder Local. Estou totalmente solidário com a Proposta da ANMP”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que o Grupo Municipal do PSD, por uma questão de coerência irá opor-se à “Moção” apresentada pela bancada da CDU e votar favoravelmente o documento que foi enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. “ Fazemo-lo hoje como o fizemos no passado, com anteriores governos e anteriores executivos, independentemente da sua cor partidária e é em nome dessa coerência e dessa solidariedade que tivemos no passado, temos no presente e continuaremos a ter no futuro, que aprovamos a Proposta da ANMP “.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – usou novamente da palavra e disse ter pena que o Senhor deputado Trindade Mendes não tenha ido ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde, provavelmente teria convencido os autarcas do Partido Socialista que aprovaram a Proposta da ANMP, a votar contra.

O PSD vai se opor à Proposta da CDU, mas não justifica o porquê uma vez que a “Moção” vai de encontro ao que a ANMP preconiza na sua Proposta. Numa altura em que se apresentam tantos desafios ao Concelho, como a questão das Finanças



Locais, a Saúde - onde a qualquer momento a urgência do HC pode ser despromovida - a Reestruturação do Ensino Básico, não vê estes assuntos a serem debatidos nesta Assembleia. A “Moção” da CDU aparece porque não tinha qualquer segurança que fosse aqui debatido a assunto “Finanças Locais”, uma vez que não constava da Ordem de Trabalhos. “O Partido Socialista está completamente manietado nesta Assembleia. Está a dizer que sim ao Governo e não consegue contestar nada, porque no fundo está de acordo com tudo. O Senhor Presidente da Câmara está nas mesmas circunstâncias e a prová-lo estão os elogios feitos pela Ministra da Educação publicados na comunicação social”. A “Moção” é extensa e, provavelmente, o Grupo Municipal do PSD não a ouviu atentamente, porque o que ali está escrito é exactamente o que ANMP pretende que se apoie. A CDU revê-se nas duas Propostas e vai votá-las favoravelmente.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que efectivamente não ouviu bem a “Moção” da CDU e pediu para a ler.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que a posição política no seio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é relevante, mas é relevante a tomada de posição da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na reunião do Conselho Geral, onde votou favoravelmente o documento da ANMP, independentemente das declarações que depois fez, relativamente à estratégia. Aliás o documento foi ali votado por unanimidade.

Contrariamente ao que foi afirmado pelo Senhor deputado Trindade Mendes, não é verdade que a autonomia do Poder Local seja favorecida na nova Lei, conforme é reconhecido por dois conhecidos constitucionalistas e isso é logo identificado na consignação de Despesas. A autonomia do Poder Local permite que quando o Estado transfere as verbas para as autarquias estas as possam aplicar onde são necessárias.

Esta nova Lei das Finanças Locais, no caso concreto do Município de Chaves vai, a partir de 2009, fazê-lo perder 2,4% de receitas.

Vai acentuar a dicotomia do litoral com o interior e ao atribuir a possibilidade de cobrar aos municípios 3% do IRS o Estado está a passar para as autarquias uma “batata quente”, que em Chaves equivale a 700 mil euros.

Neste caso concreto os impostos vão subir para os Portugueses e as receitas dos Municípios que lhes estão adstritas descem. Os grandes prejuízos do País não são provocados pelas Autarquias mas sim pelas grandes empresas do Estado que acumulam enormes prejuízos. Ao Metro de Lisboa o Governo permitiu que a dívida de curto prazo fosse distribuída ao longo de quinze anos, o mesmo nunca acontecerá com as Autarquias.

O Município de Chaves não faz parte da lista dos 70, com a capacidade de endividamento esgotada e hoje podia ter trazido a esta Assembleia o pedido de autorização para um novo empréstimo que a DGAL nos autorizou, mas a Câmara entendeu não o fazer porque, apesar de ter muito onde o gastar, aumentaria os encargos a pagar. Esta nova Proposta de Lei tem também aspectos positivos, nomeadamente a definição de regras claras na questão do endividamento, mas não é, efectivamente a mais favorável. Os Municípios não estão a pedir mais dinheiro, mas sim a garantia dos princípios básicos da autonomia do Poder Local, da solidariedade entre instituições e da não diminuição de receitas. Desde 2002 o défice das autarquias não aumentou e em 2004 tiveram 25 milhões de euros de superavit habite, na questão do endividamento, o que contribuiu para a diminuição do défice do estado.



Esperamos que entre o Governo e a ANMP haja entendimento e que sejam conciliadas algumas posições.

Sem comentar a intervenção, saliento a coerência do Senhor deputado Anselmo Martins nesta matéria, como na matéria anterior.

O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha não entendeu bem aquilo que a Ministra da Educação disse aquando da sua recente deslocação a Chaves. A Ministra não disse que o Presidente da Câmara elogiou a política do Governo; quem o disse foi o jornal. O que a Ministra disse foi que o Concelho de Chaves estava na primeira linha da luta pela mudança na educação e eu agradeci-lhe o facto de ter manifestado a intenção de iniciar aqui o novo ano lectivo, em função do esforço que tem sido feito. Não tenho receio nenhum de falar sobre o início deste ano lectivo, assumindo os erros e as deficiências que ainda estão no terreno e assumindo também que sendo um ciclo diferente, num ano novo, houve muita coisa que mudou e está a correr, senão nas condições ideais, nalguns casos nas possíveis e noutros nas mínimas, gostaríamos que fosse nas desejáveis.

A vivência política contínua tem – me ensinado que a melhor forma de enfrentar os problemas é tomar posições e solucioná-los. Para terminar continuo sem saber qual a posição desta Assembleia sobre a situação do Hospital Distrital de Chaves, com excepção da do Senhor deputado Júlio Augusto Montalvão Machado. Continuo a aguardar a devida resposta.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou da palavra para dizer que depois de ler atentamente a “Moção” da CDU e sem se contradizer, o seu Grupo Municipal coloca duas questões; “ou a bancada da CDU retira o “Moção” ou nós vamos votar contra, porque o conteúdo da proposta da CDU é exactamente o mesmo que a ANMP propõe e é só por esse motivo que não vamos votar favoravelmente dois documentos que são idênticas. Vamos votar a favor a Proposta da ANMP”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** perguntou ao Grupo Municipal da CDU se mantém a “Moção” ou se a retira. A CDU retirou o seu documento, com aplausos da Assembleia. Em seguida leu o documento emanado da ANMP.

Posto à votação o documento de apoio à Associação Nacional de Municípios Portugueses, no sentido de rejeitar a Proposta do Governo da nova Lei das Finanças Locais, foi o mesmo aprovado com 62 votos a favor, 11 votos contra e 2 abstenções. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO CHAVES DE MELO** do PS fez a seguinte Declaração de voto:” Em relação à Proposta da ANMP, nós entendemos que não deve haver regimes de excepção para nenhuma entidade pública. Num país em que aos funcionários públicos se reduziu fortemente as garantias de crescimento salarial e não aumentaram os rendimentos; num país em que as escolas vêm as suas receitas diminuir, onde os hospitais vão começar a cobrar aos cidadãos, não podemos querer que haja uma instância pública que continue a beneficiar dum regime de excepção, podendo, na medida do possível, gastar à vontade. Como tal pensamos que isso não possa ser viável. Não pode haver um país e dois regimes. Toda a gente tem de contribuir para o esforço nacional - reorganizar a economia e reduzir o déficit.

Por outro lado também entendemos que esta Lei das Finanças Locais não pode ser criticada sob o ponto de vista de cercear a autonomia das autarquias. Eu lembro a todos que a própria autonomia do estado português é cerceada por directivas comunitárias e não vi da parte de ninguém o mesmo protesto acentuado sobre essas



restrições. As restrições que o Governo tem em termos de gastos impostas por Bruxelas podem equiparar-se agora às restrições impostas às autarquias sobre o mesmo sentido e por isso não podemos defender liberdade absoluta para uma instância quando a instância principal que é o Governo, se vê limitada com regras do mesmo género.

Em terceiro lugar penso que é justo que as freguesias recebem mais dinheiro e os municípios não se podem queixar do facto de, a partir deste momento, parte das verbas que ainda usam passem a ser usadas pelas Juntas de Freguesia. Se defendemos a proximidade da gestão aos cidadãos ela é concedida por essa via.

Em relação à participação nos impostos também não concordamos com a opinião da Associação Nacional de Municípios, porque mais do que participar na distribuição de impostos é preciso ver cada serviço, por quem é garantido e quem é que tem a responsabilidade de o prestar. Num país onde há ainda saúde mais ou menos gratuita, educação mais ou menos gratuita, justiça do mesmo género, que são os serviços principais de organização de um Estado, não se podem outorgar as autarquias de necessitarem de mais dinheiro para resolver problemas dos cidadãos, importantes, mas que face à penúria nacional, em termos económicos, não podem ser resolvidos neste momento. Como sabem eu não tenho casa com piscina, embora o banco me emprestasse dinheiro, e como vejo que as famílias também estão restritas, não podemos querer melhor para as instâncias públicas, quando não temos dinheiro para as pagar, nem localmente, nem nacionalmente. Por isso parece-me que num país onde toda a gente tem de apertar o cinto se defenda que as autarquias locais tenham privilégios especiais em termos de organização das suas finanças. Por este motivo os membros do Partido Socialista votaram contra esta Proposta”.

Em seguida o **SENHOR DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES** do PS fez a apresentação da “Moção” antes apresentada à Mesa pelo seu Grupo Municipal e disse que não é seu objectivo discutir os problemas da distribuição postal porque essa competência pertence aos correios. Em seguida fez a sua leitura a que se transcreve:

“ Moção: A toponímia no Concelho de Chaves, que estado e que solução?

A temática da toponímia está inserida numa panóplia de competências que a lei 169/99, alterada pela 5-A/2002 atribuiu aos municípios. Esta lei, a qual estabelece o quadro de competências bem como o regime de funcionamento dos órgãos municipais, diz na alínea v) do número 1 do artigo 64º: «compete à câmara municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços, estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios».

Também no âmbito das competências que a lei lhe atribui, a câmara municipal entendeu, e bem, para que as regras quanto à toponímia e numeração de polícia fossem mais objectivas e tivessem um sentido prático quanto à realidade territorial do nosso concelho, elaborar um regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia. Dum conjunto de vários pontos focados neste regulamento, queria salientar dois, uma vez que são aqueles que mais influenciam a temática desta moção, são eles: a competência quanto à atribuição dos topónimos e quanto à colocação e manutenção das placas de toponímia.

No que diz respeito à competência para a atribuição dos topónimos o regulamento verte no artigo 3.º o seguinte: «compete à câmara municipal, nos termos da alínea v) do nº. 1 do artigo 64.º da lei 169/99 e ulteriores alterações, por iniciativa própria ou sob proposta de outras entidades, deliberar sobre a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios». Já no artigo 15.º podemos verificar de quem é a competência quanto à colocação e manutenção



das placas de toponímia, sobre o qual o regulamento diz o seguinte: «1- a colocação e manutenção da sinalização da toponímia é da competência da câmara municipal. 2 – a câmara municipal, sob autorização da assembleia municipal, pode delegar a competência prevista no número anterior nas juntas de freguesia, mediante celebração de protocolo».

Depois de lido este número 2 do artigo 15.º do regulamento e para que haja uma análise séria da informação regulamentar, fez-se uma análise ao protocolo de delegação de competências, aprovado em Dezembro de 2005 por esta assembleia. Analisada a 2.ª Cláusula, a qual define quais as competências delegadas nas juntas de freguesia, logo verificamos que, dos vários domínios de intervenção que foram delegados nas juntas, não há qualquer referência ao domínio da toponímia.

Feita esta análise, parece-nos que estamos perante uma situação em que a câmara municipal de Chaves deve, e tem de ser, a principal responsável, quer pela aprovação da denominação da toponímia, quer pela colocação e manutenção das respectivas placas.

Para que esta moção tivesse uma tradução territorial, e fosse baseada no testemunho da realidade das freguesias fizemos questão de verificar alguns casos concretos. Perante isto, posso afirmar que:

- São muitas as freguesias em que se colocaram e estão a colocar placas de toponímia cuja denominação não foi aprovada pela câmara municipal;
- São muitas as juntas de freguesia em que, devido à insistência dos seus habitantes, que depois de alertarem várias vezes a câmara municipal, para o problema da falta de nomes e números nas ruas, pedem ao senhor presidente da junta para que lhes resolva o problema de não saberem qual a morada que vão colocar, pois já se deslocaram à câmara e foi-lhes dada a informação que isso era com a junta de freguesia;
- São muitas as juntas de freguesia que, para resolverem o problema aos munícipes, e porque não têm tido qualquer apoio técnico nem financeiro, da parte da câmara municipal, quer para a elaboração de projectos de toponímia, quer para a aquisição das placas, aprovam a toponímia na assembleia de freguesia e mandam fazer e colocar as placas.

Podia testemunhar esta informação com nomes de freguesias, mas não me parece adequado, pois iria desvirtuar o objectivo que esteve presente na elaboração desta moção, que foi o de informar, sensibilizar e dar alguns contributos para a resolução deste problema, que no geral afecta uma parte significativa dos habitantes deste concelho.

Como já foi referido esta moção além de ter como objectivo, fazer uma análise legislativa e regulamentar, e alertar para algumas situações concretas, tem também como objectivo dar alguns contributos, os quais devem ser entendidos como sugestões/propostas. Passaria a descrever as propostas, que em nosso entender são as necessárias e são totalmente exequíveis.

1. A câmara municipal no âmbito das competências que lhe são atribuídas pela lei, deve assumir todo o processo de elaboração das toponímias das freguesias.
2. Devem ser elaborados projectos de toponímia para cada freguesia, em articulação com a respectiva junta, pois é a instituição que melhor conhece a origem e denominação dos lugares.
3. Estes projectos devem utilizar uma cartografia em formato digital, ou seja fotografia aérea ou cartografia planimétrica, uma vez que o município já dispõe de tal informação.
4. Os projectos devem contemplar mapas por lugar, onde se possa verificar a localização do arruamento e também devem incluir uma memória descritiva



- onde seja identificado cada arruamento quanto à sua denominação bem como quanto ao seu início e término. É imperioso salientar a importância desta memória descritiva, uma vez que ela será importante na determinação do início e fim de rua para efeitos de numeração de polícia.
5. A quando da elaboração do projecto deve também ser efectuado um levantamento, quanto à necessidade das placas de toponímia a adquirir. Este levantamento deve analisar dois aspectos: as quantidades de placas que são necessárias e a inscrição toponímica que a placa deira conter.
 6. Mesmo que aconteçam situações em que alguns lugares que constituem a freguesia estejam bem organizados toponimicamente, deve ser digitalizada toda a informação toponímica da freguesia, para que assim possa estar mais facilmente disponível quer a utilização, por parte dos serviços municipais, e damos como exemplo o sector das águas, quer para consulta por parte de instituições públicas e privadas.
 7. Depois de elaborado o projecto de toponímia da freguesia pelos serviços técnicos municipais, deverá o responsável pelo pelouro ser informado de tal facto e solicitar à câmara municipal a sua aprovação.
 8. Caso o projecto venha a ser aprovado o senhor presidente da câmara deve, conforme previsto no n.º 1 do artigo 15.º do regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia, mandar elaborar as placas de toponímia inventariadas no levantamento executado e à posteriori proceder à sua colocação, ou seja, deve ser a câmara municipal a assumir a responsabilidade financeira da aquisição das placas.
 9. Como este processo da toponímia terá de ser devidamente organizado e articulado, devem também, as várias instituições do concelho ter conhecimento de tal facto, bem como deve ser enviada uma cópia do projecto de toponímia da freguesia aos correios, uma vez que é a instituição que directamente se relaciona com o domínio da toponímia.
 10. Por último, deverá ser feita uma campanha de sensibilização aos munícipes para que actualizem as suas moradas. A utilização dos novos topónimos nas moradas, é essencial para que os problemas de distribuição da correspondência sejam definitivamente atenuados.”

Posta à discussão, usaram da palavra os seguintes deputados:

LUÍS DIAS DE CARVALHO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que esta questão da toponímia apresentada pelo Partido Socialista é um tema importante. Esta Câmara Municipal de Chaves elaborou e aprovou em devido tempo um Regulamento que veio preencher um vazio existente e que esta Assembleia Municipal sancionou. A Proposta em análise é interessante mas, na escolha dos topónimos, em termos culturais e históricos a evocação das pessoas não deve passar ao lado. Essa escolha não se deve esgotar nos Órgãos previstos no Regulamento, inclusive as Juntas de Freguesia. Deve haver a humildade de ir junto das pessoas que vivem nos locais e auscultá-las, sob pena de se virem a cometer lapsos de memória relativamente a pessoas e personalidades desta terra que, nas suas ruas, na sua cidade e no seu Concelho, muito deram da sua vida em benefício de todos. Dessa forma serão corrigidos nomes de ruas que são uma autêntica aberração e em nada dignificam os locais.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – disse que esta é uma Proposta sensata e exequível e reflecte o atraso da Autarquia na implementação da toponímia no Concelho. Mas não é por falta de toponímia e de numeração das portas que os



correios não funcionam. O mau funcionamento dos correios, na sua qualidade de serviço público, nada tem a ver com isso.

A CDU vai votá-la favoravelmente, e lamenta que, no actual momento, com vários assuntos de relevância para o Concelho, o tema “quente” que o Partido Socialista apresenta nesta Assembleia Municipal é a Toponímia, o que, no meu entender, é significativo da posição do Grupo Municipal do PS em relação aos problemas da Região.

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que esta questão é das pequenas coisas que na organização da vida municipal tem muita importância, porque ajuda o sistema a funcionar. Este estudo legislativo é interessante – transcreve a lei e vem lembrar uma incumbência do Município que é necessário executar.

Sugeri que em cada Freguesia, houvesse uma pessoa da Junta encarregada de fazer uma recolha do que falta, de propostas locais, de nomes de pessoas etc. e a fizesse chegar à Comissão de Toponímia para começar a trabalhar. “A Câmara dispõe de cartografia actualizada para esse trabalho e concordo que devem ser lembrados nomes de pessoas que já não estão entre nós e que valorizaram e fizeram “história” no nosso Concelho – caso da “Maria Landainas”.

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – usou da palavra para dizer que é usual a CDU fazer críticas à bancada do Partido Socialista. “ Em relação aos assuntos importantes, não é copiar o documento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que já sabíamos que aqui vinha para ser discutido, que íamos trazer uma “Moção” igual; não é a tratar do assunto do Hospital que sabíamos que aqui vinha, porque existe uma Comissão, que vínhamos com uma outra “Moção” do género. Nós falamos dos assuntos que nos interessa e nos apoquentam e este assunto não viria a esta Assembleia se não fossemos nós a trazê-lo. Temos sugerido nas várias Assembleias que se discutam alguns assuntos, nomeadamente a Carta Educativa e nunca a vimos agendada”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANJURGE, Alexandre Crespo Dias – Disse que em tempos as Juntas de Freguesia foram contactadas pela Câmara Municipal e pelos Correios, no sentido de avançar com a sua implementação, em virtude de o correio não chegar aos seus destinatários, ao que responderam afirmativamente, fazendo esse trabalho. Que, quando agora foram abordados pela bancada do Partido Socialista sobre esta questão, ficaram com a ideia que este assunto seria hoje aqui debatido, no sentido de as Juntas virem a ser ressarcidas dos valores que gastaram, porque os nomes já existiam. Só colocaram as placas identificativas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou o Senhor deputado Júlio Eliseu dos Anjos Alves, não só porque foi a primeira vez que interveio, mas também porque apresentou uma proposta que, genericamente considera positiva.

Lembrou ao Senhor deputado Francisco Melo que a Carta Educativa, segundo a Senhora Ministra, já foi homologada. Relativamente à sua Declaração de Voto no documento da ANMP sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais, lembrou – lhe também que a autonomia das Autarquias está claramente definida na Constituição da República Portuguesa.

Disse registar as intervenções dos Senhores deputados Luís Dias de Carvalho e Luís Geraldes Teixeira Araújo, sobre a Toponímia.



Hoje a Toponímia obedece a um Regulamento que atribui responsabilidades. Neste momento a Câmara Municipal e, na sequência da “Moção” apresentada tem a obrigação de assumir toda esta responsabilidade e vai disponibilizar os meios técnicos e humanos necessários para executar este plano ao nível do Concelho.

É uma tarefa difícil porque há muitos lugares onde as pessoas já assumiram números de polícia e recebem a sua correspondência, há muitos anos, com esses números, recusando-se a aceitar o número que agora lhe é atribuído. As Juntas de Freguesia têm um papel importante, junto dos cidadãos, no sentido de os sensibilizar para aceitarem o plano geral que vai melhorar não só a denominação das ruas como a numeração das habitações.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, João Carlos Alves Neves – disse que vai votar a favor da Proposta apresentada pelo Partido Socialista porque, efectivamente, é necessário alterar alguns nomes de ruas. Há ruas com nomes caricatos como uma na sua freguesia que se chama “Pássaros e Porras”, o que não tem qualquer sentido. Lembrou a necessidade de rever a sinalética da cidade.

FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – perguntou porque razão este assunto é apresentado como “Moção” e porque será votado. Foi apresentado antes do Período da Ordem do Dia, é uma responsabilidade legal que a Câmara já assumiu. Se for a votação a bancada do PSD votará favoravelmente.

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS - referiu que na “Moção” apresentada não propõe a alteração de nomes ou de números.

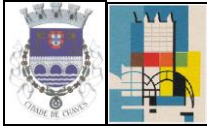
Disse que o Senhor deputado Manuel Cunha falou do acessório, mas não foi ao essencial. “ O Partido Socialista tem várias temáticas em termos de políticas autárquicas e esta é uma delas”

Disse também que mencionou o quadro legal apenas para lembrar que a competência é da Câmara Municipal.

Disse ao Senhor Presidente da Junta de Bustelo que se disponibilizava para resolver o problema na sua Freguesia, como já resolveu o problema da Junta de Freguesia de Lamadarcos, cujo projecto de Toponímia vai dar entrada na Câmara Municipal, para aprovação.

Ao Senhor Presidente da Câmara disse que não respondeu ao conteúdo da sua “Moção” e citou “... Tem havido situações de compromisso em que a Câmara apoia ou não apoia as Juntas”(fim de citação) e pediu-lhe para “tornar isto prático”, dizendo quais as Juntas que apoiou e as que não apoiou. “Isto significa que há discriminação ao nível das Juntas de Freguesia. O Senhor disse que não tem técnicos, mas no Jornal diz que a Câmara de Chaves tem dois funcionários a trabalhar nesta temática. Na Câmara de Montalegre apenas sou eu o responsável e neste momento estamos a atingir 50% das freguesias em termos de projectos de Toponímia. Também não falei em termos de alteração de numeração de polícia, porque essa alteração, a meu ver, em termos técnicos, só pode ser executada depois da Toponímia estar devidamente regulamentada e estar definido o início e o fim do arruamento”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO, Gilberto dos Reis Sousa – disse que ele e o seu colega de Sanjurge, sem serem engenheiros, há cerca de três meses, colocaram os números correctos nas habitações das suas freguesias, fazendo as necessárias alterações na numeração que vinha sendo assumidos pelas pessoas. Esse trabalho não foi pacífico porquanto houve pessoas que não queriam alterar os números que vinham usando há muito tempo e a uma grande parte,



sobretudo idosos, tivemos a preocupação de lhe fazer a alteração junto dos vários organismos, para que não fossem prejudicados no recebimento das suas reformas etc.

Neste momento na Freguesia de Bustelo, mais de 95% das pessoas já têm os números correctos nas portas das suas casas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu o Senhor deputado Júlio Eliseu dos Anjos Alves que assumiu ser da responsabilidade da Autarquia a execução da Proposta que apresentou.

Relativamente à discriminação que mencionou sugiro que consulte os Senhores Presidentes de Junta e eles que lhe digam qual é o tipo de discriminação que tem existido. Se Montalegre está mais adiantado na execução deste trabalho felicito-o por ser um funcionário exímio e trabalhador.

Posta à votação foi esta Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Neste período de “Antes da Ordem do Dia” usaram ainda da palavra os seguintes deputados:

ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA do PSD – começou por dar os parabéns à funcionária de Apoio à Assembleia pelo excelente trabalho que está a fazer na execução das actas, nomeadamente na parte referente às suas intervenções.

Disse que gostaria de ver discutido neste Fórum o problema da Educação e fez o desafio para que esse assunto fosse agendado para uma próxima Assembleia Municipal, porque segundo a Senhora Ministra está tudo bem na Educação, mas no seu entender não está. Andam todos uns contra os outros e ninguém se entende.

“Hoje à noite vou ter uma reunião com os pais dos meus alunos, vou assinar um pacto pedagógico e não sei quais as consequências que vai ter. Na próxima semana vai ser realizada uma reunião geral de pais e estamos a pensar solicitar à Autarquia e ao Conselho Executivo do Agrupamento uma audiência para lhe poder colocar as questões que nos preocupam.

Sou docente desde o ano de 1961, sempre lutei e continuarei a lutar por uma maior qualidade na educação porque os meus alunos de todas as idades e de todos os tempos o merecem, assim como os pais”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – na continuidade do tema «Educação» disse que afinal as suas preocupações com as intervenções nas escolas de acolhimento tinham razão de ser. Oito dias antes do início das aulas estive na escola onde fui colocado e encontrei – a, apenas, com as paredes “borradas”. No primeiro dia de aulas recebi as crianças e os pais no recreio, porque as obras não tiveram continuidade e não tive acesso à respectiva chave da porta, a qual se encontrava com o empreiteiro.

Passaram oito dias desde o início das aulas e o edifício escolar está rigorosamente igual. Com os alunos arranjei meia dúzia de mesas e cadeiras para começar a trabalhar. Entretanto foi instalada a banca mas não a ligaram ao saneamento e ao lavar a louça as águas entraram para as salas. Reclamei e o empreiteiro veio ligar a banca ao saneamento, mas deixou a saída para o recreio da escola.

Sempre pensei que as paredes seriam corrigidas e depois devidamente pintadas, não “borradas”. Também supus que substituiriam as tábuas podres do soalho por outras novas e que se fizesse uma abertura de comunicação interna entre as salas, para maior facilidade da vida escolar. Deixo a sugestão.



Quando sugeri que fosse criada uma comissão pluridisciplinar que fizesse a análise das instalações para determinar as intervenções mais adequadas a cada escola foi no sentido de as dotar com o mínimo de condições para funcionar.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD - referiu os acontecimentos havidos nos últimos tempos, em Chaves, com a visita de vários membros do Governo da Nação, nomeadamente o Senhor Ministro dos Transportes aquando do enquadramento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega de Chaves, no Portugal Logístico a nível nacional.

O “Dia do Município” teve a presença do Senhor Primeiro – Ministro, do Ministro da Presidência, do das Obras Públicas Transportes e Comunicações, da Ministra da Cultura, do Ministro da Economia e vários Secretários de Estado, que inauguraram diversas obras no Concelho de Chaves. Tivemos posteriormente novamente a visita da Senhora Ministra da Educação a propósito da Reorganização da Rede Escolar do Concelho e ainda a do Senhor Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, do Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Regional, e da Comissária Europeia do Desenvolvimento Regional e Cooperação, aquando da 5ª. Convenção Europeia de Montanha aqui realizada pela ADRAT e pela Euro Montanha, que reuniu 60 Associações de 19 países europeus.

Estas visitas são o reconhecimento público, por parte do Governo Português, em relação ao trabalho e à estratégica do Município de Chaves e projectam o Concelho de Chaves no País e na Europa.

Importa salientar as obras feitas por este Executivo, que hoje todos nós podemos usufruir, destacando, entre outras, o Mercado Municipal e a Biblioteca Municipal. Cento e vinte e cinco é o número de obras em execução, nesta data no Concelho, o que nos leva a afirmar que hoje os Flavienses têm mais confiança no futuro.

De âmbito cultural destaca – se a 2ª. Bienal de “Arte Jovem” realizada em Chaves, com a participação de várias entidades e onde estiveram presentes artistas Portugueses, Galegos e Bascos, em diferentes áreas como a pintura, a escultura, o desenho a fotografia e vídeo. O Festimage teve a participação de 72 países e mais de 1.600 artistas, com diferentes exposições espalhadas pelo Concelho.

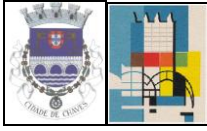
Referiu a conclusão de um estudo sobre a maturidade dos Serviços de Informação das Autarquias, da Autoria de Luís Ribeiro Vieira, do Instituto Superior de Economia de Gestão, em que coloca a Câmara de Chaves nas 10 primeiras a nível nacional, no aproveitamento das tecnologias de informação.

Terminou agradecendo publicamente, quer em seu nome pessoal, quer em nome do Grupo Municipal do PSD, os cerca de cinco anos que o Senhor Engenheiro Carlos França dedicou ao serviço público, enquanto Vereador da Câmara Municipal.

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – Disse estar de acordo com tudo o que foi dito, sobre a questão da Toponímia, mas que, relativamente aos correios não temos qualquer interferência.

Há uns tempos atrás falou -se muito em parques de estacionamento, zonas pagas e não pagas, parque subterrâneo que já era, subterrâneo que ainda não é, terreno armado em parque etc. e é verdade que hoje temos mais zonas pagas e não pagas.

O antigo Jardim das Freiras, era um lugar de passeio, de namoros, de conversa, um espaço de lazer e de memórias pessoais hoje transformado num empedrado tipo eira com poço, está e sempre esteve fora de causa para estacionamento, o que não se percebe muito bem porquê. Hoje, passados cerca de dois anos não há Jardim, não há estacionamento, não há passeios ou namoros, não há gente, porque que no Verão o calor é ali insuportável e no Inverno é um perigo com o gelo que se forma da humidade do tanque.



A pedra que foi ali colocada não sendo granito, está estalada, partida e com “riscos” e não é proveniente da nossa Região.

Dizer que foi um bom aproveitamento do espaço é passar um atestado de menoridade a mim e a todas as pessoas que se pronunciam sobre esta obra.

O projectado parque subterrâneo no Largo do Arrabalde está comprometido pelo achado arqueológico, de origem, provavelmente romana, mas neste momento ou se protege a história ou se faz o parque. Há falta de informação sobre o ponto da situação.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE OURA, Raul Fernandes Salvador – disse que a escola de acolhimento da sua freguesia está em obras e convida alguém responsável da Autarquia para ir ao local analisar a qualidade dessas mesmas obras. No seu entender os 30 mil euros porque foi adjudicada a obra é um exagero e uma vergonha, dada a qualidade dos materiais e dos trabalhos. Em Novembro de 2005 a Junta de Oura endereçou um ofício à Câmara onde pedia tinta para pintar o edifício, materiais para o quarto de banho, ficando a mão-de-obra a cargo da Junta de Freguesia. A Câmara não respondeu ao seu ofício.

Posteriormente foi nomeada uma comissão para verificar as obras necessárias nas escolas e a Junta de Freguesia não foi convidada. Quando no início do ano lectivo a Câmara o contactou para saber se a Junta mandaria limpar o recreio, respondeu que não e que se desligava totalmente do assunto “Escolas”, incluindo o aquecimento, cujo sistema está deteriorado. Seria necessário substituir o sistema de lenha para gasóleo.

A pintura feita com tinta sem qualidade nenhuma foi aplicada por cima de um lambris com massa decorativa e esmalte lavável até à altura das janelas que a Junta tinha aplicado, o que é inconcebível. No Hall havia uma viga partida e em vez de a substituir meteram-lhe um ferro por debaixo, que, ao retirar a escora, curvou. Recomendou à Câmara que mande fiscalizar as obras que estão a ser feitas

Aquando da deslocação a esta Assembleia Municipal de um membro da Empresa Vidago Melgaço e Pedras Salgadas fui claro na posição que assumi e hoje sinto-me no dever e obrigação de abordar o assunto. O Senhor Presidente da Câmara conhece a minha discordância por ter sido aprovada, pela Autarquia, a transferência do engarrafamento de Vidago para Pedras Salgadas, posição que assumi publicamente.

Sabendo o Executivo Municipal do litígio existente entre a Junta de Freguesia de Oura e a UNICER, aprovou em reunião de Câmara uma obra da competência da Junta de Freguesia, que estava embargada. Aqui tenho de louvar a atitude dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, porque foi a desejável.

O lugar de Presidente de Junta é tão digno como o do Presidente da Câmara e lamento esta situação que me surpreende e me deixa magoado.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que deu entrada na Mesa um requerimento do Grupo Municipal do PSD, no qual solicita à Mesa o agendamento do tema – Educação – conforme solicitado pelo primeiro proponente Isaura Gomes de Sousa.

Foi aceite o agendamento deste assunto para a próxima sessão deste Órgão.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, Eduardo Júlio Alves Brás

Disse que em Abril de 2005 fez aqui um primeiro balanço ao primeiro mandato deste executivo camarário, que não foi muito positivo. Nessa altura nomeou uma série de obras prometidas e sistematicamente adiadas. Hoje poderia referir de novo as mesmas obras, com excepção do Mercado Municipal de Vidago, cujas obras foram



concluídas e deste modo toda a região da Ribeira de Oura pode beneficiar de uma infra-estrutura que os orgulha. Em nome da população o nosso muito obrigado.

Gostaríamos de ver as restantes obras feitas, nomeadamente a conclusão da Circular Norte de Vidago, agora Avenida 20 de Julho, onde falta executar apenas cem metros de passeio e outros cem de estacionamento; a requalificação de Estrada Nacional nº. 2, que já vinha programada do Executivo Socialista, continua adiada; a Avenida Faria de Morais – recinto onde se faz a feira – iniciada em 2004, continua por concluir.

Perguntou ao Presidente da Câmara sobre o investimento programado pela UNICER para Vidago e Oura em contrapartida pela deslocalização da fábrica das Águas Salus para as Pedras Salgadas.

Perguntou ainda porque razão as Juntas de Freguesia e as respectivas populações servidas pelo sistema de água de Vidago não foram informadas em Agosto passado, que a mesma se encontrava imprópria para consumo humano.

Sugeriu a colocação de um risco contínuo na Avenida dos Aliados, para alertar os condutores que não podem virar à esquerda em direcção ao estacionamento junto ao Forte de S. Francisco, onde foi multado pela PSP.

Terminou pedindo a reparação do ar condicionado do Auditório.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – invocou a al. g) do artº. 26 do Regimento da Assembleia Municipal, em virtude de há dois meses ter apresentado dois requerimentos à Mesa, através dos quais solicitava à Câmara Municipal o seguinte. 1 -mapa demonstrativo da qualidade da água de abastecimento público em Vidago, que não é de qualidade. Sabe que é um problema de fundo que está a ser tratado há já algum tempo, mas há que alertar as populações e quer saber de quem é a responsabilidade civil e criminal de eventuais problemas de saúde; 2 – Protocolos assinados com as Juntas de Freguesia do Concelho e protocolos cumpridos.

Disse que a democracia não se faz apregoando-a mas sim praticando-a.

Na vinda para esta Assembleia passou na ponte pedonal do Rivelas e viu o esgoto a céu aberto a correr no local, o que não é digno da requalificação ambiental que se deseja, numa área tão nobre quanto as Termas e que nada dignifica a nossa cidade de turismo e há que tomar medidas.

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – usou da palavra para dar os parabéns ao Executivo camarário pela requalificação da Rua do Calvário. Disse que no mapa das obras a taxa de execução está a 100%, mas que é necessário ver o problema da iluminação e a sinalética desta via.

Falou na existência de um buraco junto à rotunda da escola de Santo Amaro que dificulta o acesso porque estacionam do outro lado, onde tem alcatrão e que passa tem de entrar no buraco, o que dificulta o trânsito no local.

Disse ter conhecimento da existência de alguns problemas na escola de Santo Amaro, onde há turmas do 3º e 4º anos que tem aulas extras de inglês, música, informática e estudo acompanhado, e por falta de salas têm de ser deslocadas para a Escola Primária de Casas dos Montes, mas como não têm transporte são os pais que fazem essa deslocação, o que é muito difícil dado que trabalham. A Autarquia deve disponibilizar transporte que leve essas crianças para a segunda escola.

A questão da Educação é importante e concordo que efectivamente este assunto venha à próxima sessão da Assembleia Municipal para discussão.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”.

- O senhor deputado **Rui Oliveira** referiu as obras na Rua de Santo Amaro. Embora tenha sido dada como executada, falta efectivamente concluir um ramal de



saneamento. Os serviços já fizeram uma chamada de atenção para o estacionamento no local, que congestiona o trânsito e estaremos atentos a esta situação. O trânsito está previsto nos dois sentidos.

Relativamente à escola de Santo Amaro, enquanto tivermos nas escolas da cidade horários duplos, vamos ter sempre problemas. Se a Câmara não oferecesse o inglês a educação física e a educação musical isso não acontecia. O facto de não dispormos de salas suficientes nas escolas da cidade leva a que as turmas não tenham todas um horário normal – entrar às 09,00h e sair às 17,30h. As actividades extra das turmas que ficaram com horário duplo, têm de ser efectuadas no turno contrário.

A Autarquia transporta diariamente 85 crianças da escola de Santo Amaro até à sede do Agrupamento, para almoçar, embora não seja obrigada a fazê-lo. É sua responsabilidade dar transporte e refeições aos alunos que deslocou e neste Concelho só foram deslocadas 165 crianças, todas fora da cidade. Neste momento damos refeições a 400 crianças e transporte à medida das nossas possibilidades. Os profissionais de Educação sabem que nesta área nunca está nada terminado porque há sempre problemas a surgir e seria impensável que nesta altura estivesse tudo a funcionar na forma ideal.

Realço mais uma vez o esforço da Autarquia na área da educação. Se só déssemos apenas aquilo a que somos obrigados não tínhamos esses problemas e era muito mais fácil gerir esta situação. Estamos atentos aos problemas e vamos resolvê-los à medida que surgem.

- Não concordo com a Senhora deputada **Isaura Gomes de Sousa** quando disse que nunca aqui se falou na Educação. Aliás não me recordo de nenhuma Assembleia onde esse assunto não seja falado, nomeadamente aquela em foi aprovada a Reorganização da Rede Escolar. Estive em várias reuniões de pais, quer aqui na cidade, quer nas aldeias e faço-me convidado para estar na reunião da próxima segunda feira que a Senhora deputada referiu, porque tenho para mim que a melhor forma de os resolver os problemas é enfrentá-los.
- O Senhor deputado **Anselmo José Martins** referiu as obras da sua escola. Os alumínios vão ser colocados amanhã e na sexta-feira será colocado o mobiliário. Efectivamente tivemos problemas nas escolas de Adães, Vila Verde de Oura, Loivos e Calvão, porque o empreiteiro que adjudicou as obras não cumpriu. Nas restantes escolas as coisas foram resolvidas.
Quem fez o levantamento das necessidades das escolas foram os Agrupamentos e as obras foram feitas de acordo com esse levantamento. O investimento que tem sido feito na educação é reconhecido e é o que consideramos melhor para o desenvolvimento e para o futuro do Concelho. Sabemos que enquanto não tivermos os dois Centros Escolares a funcionar, não vamos ter a educação a tempo inteiro e não vamos resolver os problemas nesta área. O esforço da Autarquia passa muito para lá daquilo que a lei exige.
- O Senhor deputado **Pinto de Barros** referiu o Estacionamento e Parques de Estacionamento. O caso das Freiras está encerrado e no Arrabalde as escavações ainda não terminaram, não por nossa vontade mas por exigência dos Serviços do IPAR.
Sobre novos espaços de estacionamento foi à reunião de Câmara o projecto para implantação de um Parque para a zona da Lapa.
- O Senhor deputado **António Almeida** referiu-se à água de Vidago. É necessário distinguir que uma coisa é a água ter péssima qualidade e outra é ser imprópria para consumo. Todos desejamos ter água de boa qualidade, mas nem sempre o conseguimos. Efectivamente o sistema de água de Vidago fornece água com muito pouca qualidade, o que não significa que seja imprópria.



- Quando surgiram situações problemáticas pedidos a colaboração do Instituto Regulador de Águas e Resíduos – IRAR, que acompanhou esta questão, dando sugestões relativamente às intervenções a fazer.

Relativamente ao Rivelas o Senhor Deputado sabe que foi ali colocado um emissário quando o Senhor era Vereador na Câmara Municipal que não está devidamente compactado e de vez em quando as tampas deixam sair águas sujas. Vamos procurar resolver esta situação.

Sobre os Protocolos assinados com as Juntas de Freguesia o Senhor deputado pode obter toda a informação na Câmara Municipal sempre que o desejar.

- Esclareço o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vidago** que a conclusão das obras da circular externa de Vidago estão dependentes da requalificação da Estrada Nacional nº. 2. Como se sabe o Governo, relativamente às Estradas de Portugal limitou as despesas até ao final do corrente ano e foi comunicado pelo Senhor Director daquele Organismo, que essa obra, teria de ficar para o próximo ano. A Câmara tem adjudicada a parte que lhe corresponde há já dois anos, tem, inclusive, autorizado o empréstimo para a totalidade da obra, porque não é financiada. Aguardamos a libertação de verbas por parte da Administração Central para avançar em simultâneo com as Estradas de Portugal. A obra da Feira não está concluída embora o empreiteiro já tenha recebido a quase totalidade do valor da empreitada. Dos 120 mil da adjudicação faltam pagar 24 mil quando a obra for dada como concluída.

Sobre a questão que colocou da UNICER responderei em simultâneo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oura. Os Senhores sabem que quando o Senhor Doutor Pires de Lima assumisse a Presidência da Empresa, haveria uma reunião com a Câmara de Chaves e está marcada para o próximo dia 16 de Outubro. Nessa altura discutiremos em concreto os termos do acordo que foram feitos aquando da visita do Senhor Primeiro Ministro a Vidago.

Os Senhores Presidentes de Vidago e Oura conhecem os investimentos a levar a efeito, nomeadamente a remodelação do Hotel Palace de Vidago, o alargamento do Campo de Golfe de 9 para 18 buracos e uma extensão de Serralves em Vidago. São investimentos na ordem dos 30 milhões de euros. Não vamos pedir nada para nós, vamos pedir investimentos para as Freguesias de Oura e Vidago.

- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Oura** descreveu os problemas da escola de Vila Verde de Oura, mas é mais fácil sair fora do sistema para criticar o que os outros fazem. A escola não vai deixar de funcionar por isso. A Câmara assumirá as suas responsabilidades e resolverá os problemas que surgirem, mas gostava de lhe lembrar que o aquecimento das escolas é competência das Juntas de Freguesia.

Quando o Senhor usou da palavra supus que iria referir-se ao montante dos investimentos que a Câmara fez na sua Freguesia, o que chegou a criar algum desconforto quando os seus colegas de outras Juntas faziam referência às obras da sua Freguesia em detrimento das deles.

Relativamente à UNICER já respondi às questões que referiu.

Também nunca deixei de abordar os problemas com clareza e gostava que toda a gente fizesse o mesmo.

O Senhor **DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se acolheu a sua sugestão de abrir uma ligação interna entre as duas salas de aula da sua escola em Adães.

O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que sim.

O **SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE OURA** usou de novo da palavra para dizer que espera para saber quais os investimentos que a UNICER vai



fazer na sua Freguesia e que o seu desagrado é sobretudo pela decisão da transferência da estação de engarrafamento de Vidago para Pedras Salgadas, uma vez que a grande maioria dos trabalhadores daquela unidade são de Oura e com a deslocalização, vão concerteza ficar sem emprego.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que a Fábrica de Vidago é para fechar. Ou a água é engarrafada nas Pedras Salgadas ou sai do circuito de comercialização e os postos de trabalho estarão ainda mais em causa. Vamos lutar pelo máximo de investimento nas freguesias de Oura e Vidago.

O **SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO** disse que numa análise que a Junta de Freguesia mandou fazer à água de abastecimento domiciliário a Vidago, num Laboratório do Porto, neste mês de Setembro o resultado dava – a inquinada bacteriológica e quimicamente.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que o IRAR nunca informou que a água estivesse inquinada.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

JULHO

Dia 3 - Visita da Senhora Secretária de Estado dos Transportes:

- *Enquadramento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega (Chaves) no “Portugal Logístico”.*

Dia 4 - Plano Regional de Ordenamento do Território (Norte/Trás-os-Montes e Alto Douro:

- *Reuniões sectoriais sobre Ambiente e Agricultura.*

Dia 6 – Conselho Municipal de Educação:

- *Encerramento do Ano Lectivo 2005/2006 e preparação do Ano Lectivo 2006/2007.*

Dia 8 – Dia do Município

Dia 15 – Visita do Senhor Primeiro Ministro e dos Senhores Ministros da Presidência, das Obras Públicas Transportes e Comunicações, da Cultura e da Economia ao Concelho, acompanhados dos Senhores Secretário de Estado das Obras Públicas, dos Transportes e do Turismo.

Dia 18 – Acordo com o Instituto Português da Juventude para abertura em Chaves de uma Loja “Ponto Já” (Loja do Cidadão para a Juventude). O Protocolo de Colaboração já está assinado.

Entre 20 de Julho e 11 de Setembro efectuámos mais de 5 dezenas de visitas a diversas freguesias, acompanhando obras e acções em todo o Concelho.



SETEMBRO

Dia 11- Reunião com os Executivos dos Agrupamentos para preparar a abertura do Ano Lectivo.

- Assembleia - Geral do MARC SA:

- Eleição do CA que assumirá funções a partir de 1 de Outubro.

Dia 13 - Visita do Senhor Ministro da Educação:

Homologação da Reorganização da Rede Escolar do Concelho tal qual foi aprovada nesta Assembleia.

Dias 14-15-16– V Convenção Europeia Euromontana. Chaves é a primeira localidade do País a acolher tal evento, assinalada com a “Declaração de Chaves”. Estiveram presentes 60 Associações de 19 Países.

Presença da Senhora Comissária Europeia do Desenvolvimento Regional e Cooperação, do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

Dia 16 – Início da semana Europeia da Mobilidade (que se prolongou até dia 22).

Dia 17 – Abertura ao Público do Museu de Arte Sacra da Região Flaviense.

Dia 20 – Acordo final com a Parque Invest para assinatura do Convénio Urbanístico sobre o Parque de Actividades do Parque Empresarial.

Dia 21 – Assinatura em Vila Real de 4 Protocolos de Modernização Administrativa (Freguesias de Bustelo, S. Pedro de Agostém, Selhariz e Soutelo), com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Local.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

- Aprovado o Curso de Termalismo na Escola Profissional de Chaves;
- Início em Chaves do Trabalho a efectuar pela Universidade de Aveiro no contexto do “Portugal Logístico”;
- Reunião com ARS/Norte sobre o Hospital de Chaves;
- Alteração no Executivo Municipal;
- Início das Obras do Casino de Chaves;
- Protocolo com a DREN para a Gestão pela Câmara Municipal de Chaves da Residência de Estudantes da Madalena;



INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 22 de SETEMBRO DE 2006.

Conforme solicitado por V. Exas. cumpre-nos apresentar a informação relativa à situação económica e financeira do Município a 22 de Setembro de 2006.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2- Dotação Actual do PPI.....	35.799.643,59€
Dotação Cabimentada	31.114.586,71€
Taxa de Execução Física do PPI	86,92%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	56.335.144,76€
Dotação Cabimentada	48.393.680,04€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	85,91%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	56.335.800,40€
Receita Liquidada	21.745.162,50€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	38,60%

3 – Situação das Responsabilidade Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2005.12.22	10.028.673,83 €
2005.12.31	9.947.882,99 €
2005.04.20	14.681.099,60 €
2006.06.26	14.946.378,01 €
2006.09.22	15.441.126,97 €

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2005.09.09	16.090.527,51 €
2005.12.22	16.247.707,51 €
2005.12.31	16.870.072,39 €
2006.04.20	17.018.649,73 €
2006.06.26	17.820.975,23 €



Para discussão deste Ponto inscreveram-se os seguintes deputados:

ANTÓNIO MANUEL PIRES ALMEIDA do PS – disse que na estratégia de desenvolvimento do Concelho havia critérios na atribuição de infra-estruturas desportivas e culturais, tendo em conta o número de habitantes. Ficou espantado quando viu no documento das obras em execução a construção de Polidesportivos nas localidades de Torre, Selhariz, Soutelo e Couto. Não entende como pode haver dois polidesportivos em duas aldeias da freguesia de Ervededo, enquanto freguesias com muita mais população não têm nenhum. Pede esclarecimento sobre o critério que levou a esta decisão.

Que, curiosamente na Carta Escolar estas duas aldeias nem sequer têm escolas a funcionar.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que a Freguesia de Ervededo é constituída por três aldeias – Torre, Couto e Agrela. Agrela já tem um Polivalente antigo, em terra batida; o do Couto apesar de ter sido adjudicado pela Câmara, foi pago pela Junta de Freguesia; o da Torre é o único que é pago pela Câmara Municipal.

Relativamente à sua utilização, o Polidesportivo de Soutelo, por exemplo, foi inaugurado com um torneio de cinco equipas em que os desportistas eram todos da freguesia.

Em seguida disse: conforme documento distribuído aos Senhores deputados, a partir do próximo dia 1 de Outubro haverá alteração na composição do executivo camarário.

Entre mim e os Vereadores eleitos pelas Listas do PSD, para além da afinidade ideologia, e da consonância em termos de estratégias de desenvolvimento do concelho, existe uma sólida amizade. Nessa conformidade e existindo a necessidade urgente de colocar um gestor a tempo inteiro à frente do sector empresarial da Autarquia, entendemos que pelo perfil e formação, o Senhor Engenheiro Carlos França, seria a pessoa indicada para ocupar esse lugar. Por sua vontade, renunciou ao mandato como Vereador e assumiu esse desafio, que, tenho a certeza desempenhará com o mesmo empenho, a mesma competência e a mesma determinação com que exerceu as funções de Vereador na Autarquia.

No lugar deixado vago passará a desempenhar funções de Vereador o Senhor Arquitecto Carlos Castanheira Penas.

Contrariando alguma informação menos correcta que por vezes circula, as Termas de Chaves estão no segundo lugar do ranking nacional e cresceram desde o ano passado, até esta data, 35%. Foram as Termas do País que, em termos de termalismo clássico mais subiram. Na questão do Bem-Estar estamos em 4º lugar a nível nacional, com uma subida, relativamente ao ano de 2005 de 1135%, pelo facto de no ano anterior ainda não termos esta área implementada.

DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se é verdade que os médicos e seus familiares têm acesso gratuito aos tratamentos das Termas de Chaves, conforme vem noticiado na comunicação social. Se é verdade a CDU, considera injusto para todos os flavienses.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que essa prática foi comum até 2005 e nunca ninguém veio aqui levantar esse problema. Até essa data não eram só os médicos que tinham os tratamentos de graça, eram todos os seus familiares e os amigos. Apesar de ser uma prática de todos os Balneários do País, nas Caldas de Chaves, a partir de 2005, essa norma foi alterada e só os médicos ficaram com esse



direito, porque os seus familiares passaram a pagar 50% dos tratamentos que efectuam.

Hoje é uma questão de mercado. Se as restantes Termas têm práticas semelhantes, nós temos de competir. E se as nossas Termas têm crescido é porque têm capacidade de competir, quer no contexto nacional e quer no que diz respeito à Galiza, o que se reflecte na qualidade e conforto que oferecemos aos aquistas e na economia flaviense, cumprindo os nossos objectivos.

PONTO 2 - RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA ASSINATURA DO PROTOCOLO NO SENTIDO DE SE CONSTITUIR A REDE DE TURISMO GALAICO-PORTUGUESA E RESPECTIVA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO. INFORMAÇÃO Nº. 333/DCTL/2006, DE 06/08/10;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta de ratificação se prende com o facto de termos de pagar 900 euros por ano, com o objectivo de o Museu de Arte Sacra, que está dotado de uma rede, permita visitas virtuais a mais 22 museus do Norte de Portugal e da Galiza e vice-versa.

DEPUTADO FRENCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS - disse estar de acordo com tudo o que seja para o desenvolvimento turístico da região, mas que a Proposta não lhe parece muito clara nos seus objectivos e fundamentação.

Acredito que possa trazer vantagens para a região envolvida e sua divulgação. Envolve um grande e variado número de parcerias, devendo ser consideradas as obras e não as pessoas e os organismos que as executam, pesar as vantagens e desvantagens, as despesas e seu retorno, apesar de não ser elevada a quota a pagar anualmente por cada parceiro. Quanto ao financiamento parece-me não se reduzir apenas a este valor.

Analisando as parecerias verifica-se a ausência das Comissões Regionais de Turismo e concretamente a do Alto Tâmega, o que poderá ficar a dever-se ao facto de não se enquadrar no projecto, ou a uma manifesta confissão da sua inutilidade.

A Comissão Regional de Turismo há muitos anos que existe, mas também há muitos anos que não se conhece uma realização concreta, um objectivo, uma promoção eficaz da região. Quais os frutos concretos retirados das viagens ou das presenças da Comissão? Que dinheiros terão sido gastos até agora? Quem verifica as suas contas e quais os resultados?

Para o público em geral parece ser pouco mais do que um Organismo de papel, presente aqui ou ali, que contribui com alguma quantia para uma ou outra realização e pouco mais. Este pouco mais só poderá ser avaliado depois de conhecido.

Aceito que as Comissões Regionais de Turismo possam não ter enquadramento jurídico neste projecto, mas parecer ter uma palavra a dizer.

A região Galaico Portuguesa é formada por uma espécie de sub-regiões, onde pontificam as Comissões Regionais. Nessa prospectiva não seria conveniente uma palavra de cada uma delas, para enquadramento conjunto de actividade, evitando sobre posições ou oposições de objectivos e acções, ou até duplicidade de acções com correspondente gasto acrescido?

Concluo que as Comissões foram deixadas de lado, pela sua inutilidade e incapacidade própria ou de terceiros, pela sua inépcia actual ou ancestral, em suma, porque no caso da Comissão Regional de Turismo do Alto Tâmega nada se vê, nada se sabe e nada se faz, pese embora as viagens, as presenças, as promoções do que se desconhece, os dinheiros gastos.

Faz-me lembrar uma viagem à Tailândia para atrair investimento para um Concelho do Alto Tâmega, há pouco tempo.



Clarifique-se esta situação e haja mais informação por parte de quem tem responsabilidades.

LUIS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – usou da palavra para dizer que o seu Grupo Parlamentar apoia esta iniciativa, que pode ser muito interessante até do ponto de vista pedagógico e é bom que se aproveitem estes protocolos ao máximo. Vão votar favoravelmente esta Proposta.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que é uma candidatura no âmbito do Programa INTERREG III A, já aprovada e que a aderência ao Protocolo e à proposta de financiamento são fundamentais para integrar a candidatura ao Projecto de Valorização da Rede Telemática e irão garantir a total prossecução dos objectivos traçados nas intervenções programadas da Rede.

O Município de Chaves tem interesse em associar-se aos 30 parceiros que fazem parte da Rede, porque vai valorizar e recuperar o património local através de produtos turísticos culturais inovadores, competitivos e de qualidade.

Esclareceu que a viagem à Tailândia referida pelo Senhor deputado Pinto de Barros, na sua intervenção, não foi feita por ninguém do Concelho de Chaves.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 - PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 355/DCTL/06, DE 06/09/04;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da Proposta dizendo que com a mudança de instalações, ampliação e criação de novos serviços, houve a necessidade de dotar este equipamento cultural de um Regulamento que venha a servir como guia de boas práticas, quer para os funcionários, quer para os utilizadores da Biblioteca Municipal de Chaves.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 - ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA “AQA – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR E AMBIENTAL” PARA “INSTITUTO TECNOLÓGICO DE TRÁS-OS-MONTES”. ALTERAÇÕES DE PORMENOR AOS RESPECTIVOS ESTATUTOS. PROPOSTA Nº. 72/GAP/06;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta vem no sentido de alterar a denominação atribuída à “Associação para a Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental – AQA”, porque não se harmoniza com o objecto social constante nos estatutos e é necessário dotá-la de uma maior abrangência, quer em termos de objecto social, quer em termos geográficos. O sucesso de uma entidade é determinado por vários factores, entre eles a atractividade da sua denominação e por essa razão é necessário proceder a algumas alterações de pormenor nos estatutos anteriormente aprovados nesta Assembleia Municipal.

A Associação, sem fins lucrativos passará a chamar-se “ITT – Instituto Tecnológico de Trás-os-Montes”, cuja sede funciona na Câmara Municipal, mas poderá ser transferida para outro ponto do Concelho de Chaves, se for conveniente. Pode filiar-se em organismos nacionais e internacionais, com os mesmos objectos. Tem por objecto a investigação científica e vai prestar serviços no campo da qualidade, da



segurança alimentar e ambiental, da inovação tecnológica e a colaboração com organismos, empresas, e instituições universitárias e outras.

Terminou pedindo a aprovação da Proposta bem com a alteração dos respectivos estatutos.

DEPUTADO JOÃO MIRANDA RUA do PSD – usou da palavra para dizer que a alteração de Associação para Instituto é um assunto muito mais importante do que a simples mudança de designação. A criação de uma estrutura institucional com as características e objecto já preconizadas na AQA – Associação para a Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental que foi aprovada pela Câmara Municipal em 18 de Abril de 2005, é sintomática da atenção estratégica do Município para questões tão pertinentes como a Segurança Alimentar e o Ambiente.

Esta Proposta de alteração da designação para ITT - Instituto Tecnológico de Trás-os-Montes, podendo parecer uma simples “operação de cosmética”, apresenta-se como resposta a alguns desafios para o futuro, considerando os reajustamentos operados em algumas NUT’S III, particularmente na do “Alto Trás-os-Montes”, onde nos inserimos, que passará a designar-se “Trás-os-Montes” e vigorará a partir do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Este Instituto, para além das funções a desempenhar, também se traduzirá em ganhos para o concelho e a região, atendendo às orientações previstas para acesso ao próximo QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, que vigorará já a partir do próximo ano de 2007 até 2013.

Paralela e complementarmente a este Instituto e atento às ferramentas do futuro, o Município de Chaves apoiou também uma candidatura da ACISAT à Comunidade Europeia, a qual foi aprovada para Trás-os-Montes e Douro, com sede em Chaves e escritórios na UTAD em Vila Real, para instalação de um BIC (Business and Innovation Centre), ou seja um Centro de Inovação Tecnológica cujas competências se referem à Inovação Regional para o desenvolvimento económico, onde irão estar outras instituições que muito têm feito pelo Alto Tâmega, nomeadamente a ADRAT que serão parceiros privilegiados neste processo.

Esta iniciativa está a ser desenvolvida pela ACISAT, em parceria com a UTAD, que se constituíram como grupo promotor.

Estrategicamente, Chaves, a par das excelentes infraestruturas existentes no Parque Empresarial, ficará melhor posicionada para enfrentar os desafios do futuro em questões tão fulcrais como a Competitividade e Inovação e por tudo isto o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta Proposta.

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – perguntou onde vai funcionar esta Instituição e qual a previsão de meios humanos e materiais que vai ter.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que ao constituir uma Associação não se sabe quem irá para lá trabalhar. Este Instituto é a continuidade da Associação, com os objectivos definidos na Proposta e também na intervenção do Senhor deputado João Miranda Rua. Vai agrupar vários parceiros, nomeadamente privados, mas para dar início ao processo não é possível avançar com esses meios. Esta Associação, sem qualquer corpo técnico vai gerir o Instituto de Investigação ou Laboratório de Investigação que tem candidatura apresentada ao INTERREG.

Se o Senhor deputado for aos Serviços da Autarquia, consultar os processos, verifica que todas as candidaturas apresentadas ao INTERREG num total de 34, onde esta está incluída, estão devidamente organizadas e especificadas.



Esta candidatura ao INTERREG tem três parceiros – A Câmara Municipal de Chaves, a UTAD e o ITACIL (Instituto Agrícola de Castela e Leão).

A Instituição é para funcionar em Chaves.

Espero que o Senhor deputado Francisco Melo não esteja à espera que nos candidatemos a um Laboratório destes para o ir construir fora do Concelho de Chaves.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 - REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL E CRIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL ABRANGIDO PELO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO, POR TEMPO INDETERMINADO. PROPOSTA Nº. 73/GAP/06;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que em Agosto de 2002 veio à Assembleia Municipal a Reorganização dos Serviços Municipais. Nessa altura foi aprovada uma estrutura, com determinado número de Departamentos e Divisões.

A evolução verificada leva – nos a fazer, nesta altura, uma alteração ao Organigrama. Tendo em conta o que é hoje não só o contexto da legislação laboral em vigor, mas também naquela que se prevê seja publicada em breve, e atendendo ao novo sistema de avaliação, entendemos que para o Município de Chaves, seria preferível fechar o Quadro tradicional e criar um outro Quadro paralelo com o contrato individual de trabalho onde as pessoas que hoje servem a Autarquia poderão aceder e onde terão mais estabilidade.

O Quadro da Câmara Municipal de Chaves tinha 645 lugares antes de 2002, ficou com 622 lugares na remodelação desse ano e hoje fica com 387, que é o total de trabalhadores no activo. Criámos no Quadro do Contrato Individual de Trabalho 134 lugares que é um número superior às 108 pessoas que hoje temos contratados para além do Quadro. Isto significa que diminuámos para 518 as possibilidades de acesso. Nesta data as despesas com o pessoal correspondem a 23% das despesas totais da Autarquia.

Esta Proposta foi aprovada por unanimidade na reunião do executivo, e julgo ser benéfica para o Município, no presente e no futuro.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – perguntou se a decisão de fechar o Quadro à admissão de novos funcionários públicos foi política ou se foi imposta pelo Governo, porque se assim é o seu Grupo Parlamentar votará contra esta Proposta.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que a legislação em vigor determina que a partir de 2007, todos funcionários públicos serão admitidos através do contrato individual de trabalho. Para bem do Município e em nome da transparência entendemos que devíamos encerrar o Quadro tradicional.

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que o Quadro em vigor era muito grande e esta decisão veio de encontro à pretensão do Partido Socialista. No seu entender esta Proposta devia incluir uma distinção da consolidação das estruturas que de alguma forma são inter-dependentes do Município, nomeadamente as Associações e as Empresas Municipais, porque se a Lei das Finanças Locais, com a qual concorda, for aprovada, essa consolidação terá de aparecer.



Disse que a Autarquia perdeu alguns funcionários que foram para outras empresas, nomeadamente a RESAT e por isso não podem fazer uma apreciação global da estrutura do pessoal que directa, ou indirectamente depende do orçamento municipal. "A Autarquia beneficiaria com a externalização de mais serviços que continuam acoplados para se consolidar a estrutura de pessoal". A sua bancada vai votar favoravelmente esta Proposta.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado Francisco Melo dizendo que iniciou a sua intervenção criticando a externalização de serviços e terminou a defendê-la.

Levantou suspeitas em relação às empresas da Autarquia, mas o Senhor sabe perfeitamente que a legislação actual já obriga a que apresentem contas, e façam relatórios semestrais os quais estão à sua disposição ou de quem as quiser consultar. Também há entidades para onde o senhor pode recorrer se tem dúvidas. A nova Lei das Finanças Locais sobre esta matéria não regula nada, apenas diz que os resultados das empresas municipais passam a ter de ser cobertos pelas câmaras Municipais, o que já acontece.

Esclareço também que não saiu um único funcionário da Câmara para a RESAT. O Senhor disse que o dinheiro dado ao Desportivo vai parar à mão de pessoas e eu pergunto-lhe onde vai parar o dinheiro pago aos empreiteiros? Não é para pagamento de salários e outras despesas? E o que é transferido para as Juntas de Freguesia?

As questões sobre pessoal não devem ser colocadas de forma leviana, porque quando se trata de pessoas não está em causa o dinheiro, porque este não tem sentimentos. Está em causa muito mais. Os concursos são públicos, toda a gente tem acesso a eles e aqui não estão em causa as pessoas mas sim uma decisão que assumimos, que é questionável e não é fácil.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 86 votos a favor, zero abstenções e 2 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 - SEGUNDA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2006. PROPOSTA Nº. 06/DGFEP/SCO/06;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta 2ª Revisão vem a esta Assembleia por duas razões: 1- utilizar saldo da gerência anterior para poder pagar subsídios cuja verba cabimentada foi esgotada. 2- definir as verbas para obras candidatas agora novo Quadro Comunitário de Apoio, que é necessário cabimentar.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 76 votos a favor, 16 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7- GESTÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL. – ALIENAÇÃO DE UM CONJUNTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS, SITUADOS EM QUINTELA E ALTO DA BANDEIRA – SANTA CRUZ / CHAVES, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL. – DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA Nº. 69/GAP/06;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta de alienação se prende com uma parte do terreno que a Câmara Municipal adquiriu à Cooperativa Norte Transmontana, com uma área total de 5 hectares onde vai ser construído o Novo Centro Escolar. A área física disponível para construção da escola, cujo modelo foi alterado pelo Ministério da Educação é muito grande para aquele fim.



A parcela que está para ser alienada em hasta pública, de acordo com o Plano de Urbanização daquela zona, tem cerca de 1,1 hectares e é separada do resto do terreno por uma estrada, o que não é viável para a infra-estrutura que se pretende. Esta alienação é um acto de gestão que visa arrecadação de receitas extraordinárias e não põe em causa a garantia da existência do equipamento público programado, com todas as condições.

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista, na sua declaração de voto referem que esse espaço poderia ficar para zona verde, mas próximo daquela área está prevista a zona urbana desportiva, já em plano de pormenor, com cerca de 30 hectares, onde inclui espaços verdes mais os cerca de 5 hectares que ficam para esse efeito, no terreno onde se faz, actualmente, a feira do gado.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS - disse que quando este assunto veio à Assembleia Municipal a sua bancada votou contra. Hoje vão voltar a votar contra esta Proposta por três razões: 1- A Cooperativa não podia utilizar parte daquele terreno para construção civil; 2 – Quando se fez a permuta, aquele espaço era única e exclusivamente para instalação de equipamento escolar, nunca se pondo a questão de construção civil. No nosso País e na nossa cidade, os nossos equipamentos escolares têm a área mínimo de terreno à sua volta, quando noutros países, em cidades iguais ou menores que a nossa, o equipamento escolar tem hectares de terreno à volta. Se há uma rua a atravessar o terreno, altera-se o sistema viário; 3- Não queremos que a nossa Câmara Municipal, que já alienou algumas soluções, se torne agora promotora imobiliária.

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – referiu que já na altura da discussão da permuta deste imóvel levantou a questão da rua que passava no meio do terreno, tendo nessa altura o executivo esclarecido que a parcela para lá da estrada seria para alienar.

Nos 4 hectares que ficam será construída a melhor escola que Chaves virá a ter com uma excelente área verde. Toda aquela zona vai ser servida por um parque verde que está previsto a norte, mais o espaço que fica da feira.

A sua bancada vai votar favoravelmente esta Proposta.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Cooperativa com esta permuta, recebeu em dinheiro 1.250.000,00€ e ficou com um terreno de 6,5 hectares onde tem hoje umas óptimas instalações. A Autarquia não é promotora imobiliária. A parcela em questão pode ser comprada por quem licitar com o melhor lance e quem realizar as obras vai ter de cumprir as regras vigentes.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 63 votos a favor, zero abstenções e 17 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8 - GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. – ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO DENOMINADO “CINE-TEATRO DE CHAVES”, SITUADO NA TRAVESSA CÂNDIDO DOS RÉIS/RUA DE SANTO ANTÓNIO EM CHAVES. – DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINARES. PROPOSTA Nº. 70/GAP/06.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

JORGE AMÉRICO DA FONSECA do PS – disse que a Câmara Municipal de Chaves, de gestão socialista adquiriu em 2000, com a aprovação de todos os Grupos Parlamentares, o edifício do Cine-Teatro de Chaves, com a finalidade de recuperação do património histórico do Concelho, assegurando a recuperação arquitectónica e urbanística do edifício e da respectiva zona de integração urbana, para criação de



condições idóneas de um novo espaço de cultura, transformando – o numa moderna e funcional “casa de Cultura”, destinada à realização de espectáculos de natureza artística, musical, cinema, congressos, conferências, seminários e outros.

Discordam frontalmente com a decisão do executivo em alienar este património nem com finalidade que lhe quer dar, desvinculando-o do passado, e transformando-o num espaço comercial, de serviços e ou habitação, esquecendo a perspectiva cultural.

Com a sua alienação, com a eliminação do parque de estacionamento do Jardim das Freiras, com a autorização para a instalação de novas grandes superfícies comerciais, o Centro Histórico definha.

Poder-se-à argumentar que a cidade já tem vários auditórios, mas se queremos projectar Chaves para o futuro, temos de preservar a memória, pensar no futuro, sem esquecer o passado.

No seu entender este edifício seria, que pela sua localização, quer pelos fins que sempre desenvolveu, o ideal para instalar a Fundação Nadir Afonso.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – Usou da palavra para dizer que, existindo em Chaves várias infraestruturas de âmbito cultural, concorda que não se justificaria mais esta e, contrariamente à posição tomada anteriormente sobre este mesmo assunto, vão votar contra esta Proposta, por não manter a perspectiva de uma sala de cinema no centro da cidade.

GISELA MARIA ESTEVES ESPIRITO SANTO do PS – disse reforçar a ideia de que a Câmara Municipal, sob a gestão socialista adquiriu, no ano de 2000, o edifício do Cine-Teatro de Chaves, com vista à instalação de uma Casa de Cultura, destinada à realização de espectáculos de índole artística e musical e à produção de espaços de debate.

Que, passados seis anos se continua a verificar a falta de um espaço desta natureza, em virtude de, o executivo camarário, ter vindo a abandonar e a desvalorizar o Centro Urbano Histórico da cidade.

Disse que todas as ideias ou projectos que vinham da gestão socialista têm vindo a ser alteradas, deturpadas e postas em causa por este executivo, por vezes, em prejuízo da população e do desenvolvimento local.

Que reafirmam, em benefício dos flavienses, a posição do Partido Socialista, que vai no sentido de manter o edifício e senão puder ser agora um Cine-Teatro com seiscentos lugares, que seja um menor – um Conservatório, uma escola de Artes Cénicas, Audiovisuais, Multimédia, ou uma Casa Municipal da Juventude, mas que seja um lugar ao serviço dos cidadãos flavienses, que respeite a memória e as memórias das gerações, que fortaleça as aprendizagens e as vivências do presente e ajude a preparar as gerações mais novas para o futuro.

No entender do Partido Socialista a afirmação da cidade de Chaves deve fazer-se por uma aposta qualificada e diversificada dos seus recursos, onde a valorização das questões qualificantes da educação não formal, da sua população juvenil ou não, deve desempenhar um papel primordial. E porque consideram que é neste tipo de apostas e não apenas em actividades de imobiliária que as cidades médias do interior podem jogar um papel de maior atractividade de fixação da população e em simultâneo responder às necessidades de interesses das suas gentes e dos que as visitam, o Partido Socialista continua a votar contra a alienação do edifício para os fins propostos por esta Câmara Municipal.

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO, do PSD – referiu que em coerência com a anterior Proposta, o PSD vai votar favoravelmente a alienação do imóvel em questão.



No seu entender foi um mau negócio que o executivo socialista fez ao adquirir um edifício velho, sem qualquer valor arquitectónico, para instalar aquilo que não foi instalado nos dois anos em que ainda exerceu o poder na autarquia.

Não é verdade quando o Partido Socialista diz que não foram construídos edifícios de índole cultural. Foi construída a primeira fase do Centro Cultural e está em curso a segunda fase, com um grande auditório, com estúdios, escolas de artes etc.

Para a Fundação Nadir Afonso deixem que se faça uma construção de um artista consagrada como é o Arquitecto Sisa Vieira. Devemos aproveitar o que é antigo, mas que efectivamente tem valor arquitectónico, como era a estação dos Caminhos-de-ferro, que tinha um grande valor do ponto de vista da arqueologia da era industrial e que a “escaqueiraram” toda, quando o executivo socialista levantou as linhas.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – esclareceu que não foi a Câmara Socialista que fez o levantamento das linhas mas sim uma empresa a quem a REFER cedeu o aço e todo o material remanescente em toda a extensão da linha.

JORGE AMÉRICO DA FONSECA do PS – pediu provas ao Senhor Deputado Luís Geraldes, quando na sua intervenção referiu que o Partido Socialista adquiriu o edifício do Cine-Teatro para fazer o “jeito” a alguém. Que nessa altura também os vereadores do PSD votaram a favor desta aquisição na Câmara.

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO, do PS – respondeu que usou o termo “jeito” mas foi sem dolo e sem intenção de ferir a dignidade de quem quer que fosse.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou a Senhora deputada Gisela Maria Esteves E. Santo por ser a primeira vez que usou da palavra nesta Assembleia. Em seguida esclareceu que o benefício que certas tomadas de posição provocam na população se avalia nos actos eleitorais e os actos praticados por este executivo no último mandato foram sancionados pela população.

Tudo o que a Senhora deputada referiu em termos de Casa de Cultura para o edifício do antigo Cine-Teatro, está a ser construído no novo Centro Cultural, nomeadamente o espaço para o Conservatório de Música, Auditório que vai permitir todo o tipo de espectáculos, espaços para Ateliers de pintura, ensino da dança, de teatro e projecção diária de cinema. É um espaço moderno, de qualidade e não está sujeito aos condicionalismos que o edifício em questão tem.

Partilho com a Senhora deputada que é importante a educação não formal, mas essa educação vai ter um espaço muito mais adequado no novo Centro Cultural do que teria no antigo Cine-Teatro, cujas entradas são difíceis e o espaço interior é de difícil adaptação.

O Senhor deputado Américo da Fonseca classificou o antigo Cine-Teatro como património histórico. Este edifício é uma obra recente que do ponto de vista arquitectónico nada tem de relevante.

Para Seminários temos o exemplo do último realizado em Chaves – Euro montanha - onde estiveram representadas sessenta Associações de 19 Países, com a presença de 430 pessoas e tudo correu da melhor forma, mas eventos desta natureza não acontecem frequentemente em Chaves. Também não é viável uma sala com os lugares que o Partido Socialista propõe, não só pela excessiva lotação como pela sua manutenção e numa boa gestão tudo isso tem de ser devidamente pensado e analisado. Em seis anos tudo evoluiu e o que era aceitável nessa altura hoje já o não é.

Coerência nesta matéria, é hoje ter uma atitude em função das novas circunstâncias e quando se queixam de défice em termos de equipamentos culturais, estão a



esquecer-se da Biblioteca Municipal e do Museu de Arte Sacra da Região Flaviense, que constituem um investimento ímpar da autarquia em equipamentos culturais.

Em relação ao património Municipal foi muito maior o volume de aquisição por parte deste executivo, do que aquele que agora se está a alienar.

Relativamente à Fundação Nadir Afonso, o projecto que já esteve em exposição no Museu de Serralves, está para avançar, mediante despacho de excepção do Senhor Ministro do Ambiente, relativo ao local onde se pretende seja implantado, o qual será candidatado a financiamento no novo QREN. É uma obra que merece um edifício moderno, nobre.

Terminou solicitando a autorização da Assembleia Municipal para alienação em hasta pública deste imóvel.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 63 votos a favor, uma abstenções e 16 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, mediante autorização prévia do Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao **SENHOR VEREADOR CARLOS FRANÇA** que dirigiu à Assembleia as seguintes palavras:

“Senhor Presidente da Assembleia, excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente da Junta e Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores, os meus respeitosos cumprimentos.

Em primeiro lugar quero agradecer esta excepção que o Senhor Presidente da Assembleia fez para me dar a palavra neste Órgão.

Como já foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Câmara, aceitei um desafio que me foi colocado. Desafio esse de ficar à frente da parte empresarial da Autarquia – MARC, PLATAFORMA LOGÍSTICA e PARQUE DE ACTIVIDADES. É um desafio difícil (ontem nas notícias ouvi que nos últimos dois anos e meio saíram deste País 32 grandes empresas), que só poderá ter sucesso se for entendido como de todos os flavienses. Nesse sentido conto e estou à disposição de todos para aceitar sugestões e questões que sobre este assunto me queiram colocar.

Ao longo de cinco anos que estive presente nesta Assembleia é a primeira vez que uso da palavra e quero agradecer a todos a forma carinhosa, afável e solidária que todos me manifestaram, nomeadamente durante duas situações difíceis da minha vida. Dizer que possivelmente nem sempre estive à altura de corresponder aos pedidos que me foram feitos, mas por norma os recursos são sempre menores que as necessidades e nem sempre me foi possível dar a resposta requerida.

Quero dizer - vos que podem contar comigo para tudo o que necessitarem. Eu conto convosco. A todos o meu muito obrigado”.

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar foi, pelo Senhor Presidente da Mesa encerrada a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____